



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

1302  
*[Handwritten mark]*

Of. CONSEMA 015/2014

São Paulo, 03 fevereiro de 2014.

Senhor Promotor de Justiça,

*Junte-se aos autos  
 e encaminhando-se os documentos  
 com disponibilização pela internet  
 e em 10 para Curitiba com urgência.*

Complementando o Of. CONSEMA 001/2014 e cumprindo o que nele prometi, estou juntando e encaminhando a Vossa Senhoria cópias das atas das audiências públicas realizadas em Santa Maria da Serra, no dia 10/12/13, em São Pedro, no dia 11/12/13, e em Piracicaba, no dia 12/12/2013.

*P.R. 19/01/14*  
*[Handwritten signature]*

As atas das audiências públicas realizadas recentemente em Anhembi e Águas de São Pedro encontram-se em elaboração e serão encaminhadas tão logo sejam concluídas.

Cumprimentando Vossa Senhoria e aproveitando a oportunidade para lhe manifestar meus votos de estima e consideração, coloco-me à sua disposição para demais esclarecimentos que se façam necessários.

Promotor de Justiça

*[Handwritten signature]*  
**Germano Seara Filho**  
 Secretário-Executivo do CONSEMA

Ilustríssimo Senhor  
**Dr. Ivan Carneiro Castanheiro**  
**DD. Promotor de Justiça do GAEMA PCJ-Piracicaba**  
 Rua Almirante Barroso, 491 – São Judas  
 13416-398 Piracicaba – SP

097/14

GSF

*[Handwritten mark]*



SIGAM.	
SMA/CONSEMA	
NIS	11-57989
Nº	11883
04/02/14	
VISTO	<i>[Signature]</i>



Ata da Audiência pública sobre o EIA-RIMA do empreendimento “Aproveitamento Múltiplo de Santa Maria da Serra”, de responsabilidade do Departamento Hidroviário-DH da Secretaria de Logística e Transporte na cidade de São Pedro, no dia 11 de dezembro de 2013.

Realizou-se, no dia 11 de dezembro de 2013, às 17 horas, na ETEC Gustavo Teixeira, Rua Manoel Estevan Dias, 351, Jardim Holiday, São Pedro/SP, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente-EIA/RIMA do empreendimento “Aproveitamento Múltiplo de Santa Maria da Serra”, de responsabilidade do DH – Departamento Hidroviário S/A (Processo n. 185/2012). Dando início aos trabalhos, o **Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho**, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Hélio Donizete Zanata, Prefeito do Município de São Pedro; Excelentíssimo Senhor Thiago Silvério da Silva, vice-Prefeito do Município de São Pedro; da Excelentíssima Senhora Clarissa Quiararia, Secretária da Cultura e Turismo do Município de São Pedro –, do Poder Legislativo - nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores José Mário de Barros; Du Sorocaba; Adriano Vitor; todos vereadores pelo Município de São Pedro, - do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado de São Paulo – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Ivan Carneiro Castanheiro, Promotor de Justiça do GAEMA, Núcleo PCJ de Piracicaba, dos órgãos públicos, das entidades ambientalistas, das organizações da sociedade civil, dos COMDEMAS, da Polícia Militar Ambiental, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente-EIA/RIMA do empreendimento “Aproveitamento Múltiplo de Santa Maria da Serra”, de responsabilidade do DH – Desenvolvimento Hidroviário S/A da Secretaria de Logística e Transporte (Processo n. 185/2012). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo com que possa contribuir para melhoria dos estudos e do projeto e/ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela **Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011** para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele/ela. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em sequência, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, fariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que, antes deles, tenham-se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que desejasse fazê-lo e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse. Informou que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, Secretário-Executivo, e composta ainda por até dois membros do CONSEMA que se encontrarem presentes, como também por um representante da área de licenciamento ou da área responsável pela proposta que está sendo discutida, no caso a geóloga **Fernanda Amaral Dantas Sobral**, gerente de Divisão de Avaliação de Obras Hidráulicas e Lineares da CETESB, a quem igualmente convidou a tomar assento à Mesa Diretora dos Trabalhos e, em seguida a oferecer informações sobre o processo de licenciamento do empreendimento em tela. A geóloga **Fernanda Amaral Dantas Sobral**, gerente de Divisão de Avaliação de Obras Hidráulicas e Lineares da CETESB; declarou que representava e essa agência ambiental nessa audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Aproveitamento Múltiplo de Santa Maria da Serra”, de responsabilidade do Departamento Hidroviário – DH, da Secretaria de Logística e de Transporte. Esclareceu que o objetivo da audiência é colher subsídios com vistas a contribuir com a análise técnica da equipe que está analisando o referido Estudo de Impacto Ambiental. Informou que, na presente etapa do licenciamento, em que o empreendimento é analisado do ponto de vista de sua viabilidade ambiental, são examinados minuciosamente os estudos e eventuais complementações, enfim todos os documentos que integram o processo. Acrescentou que, além de serem colhidos os subsídios ofertados durante as audiências, são buscados aqueles oferecidos depois das audiências, principalmente os que forem enviados pelas organizações da sociedade civil e dos órgãos técnicos municipais. Acrescentou que, após a análise, se o empreendimento for considerado ambientalmente viável, lhe é concedida a licença prévia, que não autoriza o início das obras, pois só certifica sua viabilidade ambiental. Esclareceu ainda que a concessão dessa licença se faz acompanhar de condicionantes e/ou exigências, cujo cumprimento é imprescindível para continuação do licenciamento. Atendidas essas exigências o processo ingressa na fase de instalação. De posse da licença de instalação, a execução da obra só pode ser iniciada e concluída se atendidas as condicionantes estabelecidas para a fase de operação. Portanto, o que pretendia esclarecer é que, se o empreendimento for considerado viável ambientalmente, após a análise de todas as etapas, ele pode ser plenamente executado. Passou-se à etapa em que se manifestam o representante do empreendedor e o da empresa de consultoria responsável pelos estudos. **Casemiro Tércio Carvalho**, Diretor do Departamento Hidroviário da Secretaria de Logística e Transportes, ofereceu, em primeiro lugar, argumentos que justificam a importância da implantação do projeto no contexto do desenvolvimento do país, e o geógrafo e economista **José Roberto dos Santos**, apresentou os estudos. Passou-se à etapa em que se manifestam representantes do Ministério Público. O Promotor **Ivan Carneiro Castanheiro**, contou que atua no Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – GAEMA de Piracicaba. Em primeiro lugar, declarou ter o Ministério Público instaurado inquérito civil como uma maneira de acompanhar o processo, e que está colhendo subsídios com o propósito de dirimir as dúvidas, porque esse órgão ainda não possuía opinião formada a esse respeito. Após discorrer sobre o valor total da obra e do montante a ser destinado aos 31 programas de compensação ambiental previstos, lamentou que o detalhamento sobre a compensação somente será feito, ao que lhe pareceu, na fase de instalação do empreendimento e não no licenciamento prévio, momento no qual se estuda a viabilidade do empreendimento. Em razão do estudo de viabilidade do empreendimento não conter o detalhamento do seu custo e benefício, exigira que seja feito em complementação ao Estudo de Impacto Ambiental. Explicou que o exato conhecimento do grau da mitigação ou compensação a ser promovida, o Estado poderá melhor optar pela implantação de uma hidrovia ou ferrovia. Comentou sobre o prazo regimental, exíguo para a análise de um projeto tão extenso, por esse motivo, sugeriu ao CONSEMA e a Cetesb, que fosse realizadas mais audiências, de preferência concentradas em um único município, em Piracicaba, por exemplo. Defendeu o fato de que a hidrovia não sobrevive sem a ferrovia, expôs o entendimento do Ministério Público de que esses empreendimentos devem ser submetidos a um licenciamento único, de forma que os impactos sejam





estudados conjuntamente e para tanto solicitou a manifestação da CETESB e do CONSEMA. Levantou questões sobre três pontos que julgou importante; sendo eles: - primeiro, a eutrofização que já ocorre nos rios e também incidirá na represa devido o lançamento de esgotos sem tratamento nos rios, e pelo fato da universalização da rede de esgotos somente se dará em etapas, com término previsto somente em 2035, de acordo com o Plano de Bacias. Comentou ser esta situação incompatível com o turismo na região, devendo este também ser objeto das compensações; - segundo, se a área na curva do Samambaia, destinada à compensação do Tanquã terá a mesma dimensão e ecossistema da original; - terceiro, o grau dos impactos ambientais na Estação Ecológica de Barreiro Rico, ecossistema semelhante ao Pantanal Mato-grossense, quando os 2500 hectares de floresta, área de amortecimento, localizados no entorno dessa Estação for afetada pelo empreendimento. Mencionou que as várias pesquisas realizadas por Paulo Kajaiama, especialista da ESALQ, comprovam ser essa Estação um santuário ecológico, detentora de riquíssima diversidade biológica, com espécies raras, além de ser rota migratória de pássaros que vêm inclusive dos Estados Unidos. Outro impacto importante é o social com a realocação de pessoas que subsistem da pesca no local. Por causa de todas essas perdas questionou se a relação do custo e benefício dessa hidrovia de fato compensará as perdas sociais, ecológicas e de infraestrutura da sua implantação, os quais, parecem ser mais elevados do que se tem notícia. Afirmou que será muito alto o preço a ser pago para conferir a navegabilidade que o rio Piracicaba naturalmente não possui. Desta forma, apontou como alternativas aptas a evitar toda a destruição do Tanquã, a ampliação do terminal de Santa Maria da Serra e a mudança do início da ferrovia para Salto. Observou que o estudo com recomendações para a questão das enchentes não foi contemplado no EIA, mas em um documento à parte, remetido para o Ministério Público, em tempo muito exíguo para análise. Disse não ter ficado claro se os custos estimados dos 31 programas de recomposição vegetal das Áreas de Proteção Permanente - APP, já fazem parte das compensações ou serão tratadas a parte, como uma obrigação legal, conforme de fato deveriam. Solicitou o devido esclarecimento de todas estas questões porque se persistirem dúvidas, a inexequibilidade do projeto somente será percebida na fase de instalação, levando ao abandono da obra, acarretando enorme ônus para o Estado, com ofensa aos princípios da economicidade, razoabilidade e proporcionalidade. Passou-se a manifestação da sociedade civil. **Elen Roberta Ecler**, representante da comunidade do Tanquã em Praia Branca, comunicou que as 46 famílias residentes há 40 anos na área, somente agora souberam da barragem e por isso não estão cadastrados em nenhum levantamento e poucos compareceram à audiência por estarem trabalhando. Solicitou esclarecimentos sobre o sistema de indenizações e convidou os envolvidos na análise dos estudos, visitarem os locais para instruir e tirar dúvidas da comunidade. **Walter Politano**, representante do CREA na região, discorreu sobre quão são estratégicos para as atividades de turismo das águas e agropecuária os municípios da Serra da Mantiqueira, sendo eles Piracicaba, Águas da Prata, Santa Maria e Brotas. Destacou ser o caso de São Pedro diferente em razão de sua localização topográfica ser próxima a cuesta, o que lhe confere menor disponibilidade hídrica, também observada em diversos outros municípios. Tal escassez, finalizou, acarretará, problemas sérios para o desenvolvimento local, motivo pelo qual o empreendimento que se pretende implantar é tão importante. Passou-se a manifestação dos cidadãos. **Valdir Prati**, externou que sua maior preocupação refere-se ao canal de Tanquã, em São Pedro. Disse que os proprietários de chácaras, incluindo um loteamento regular, ainda não considerado nos estudos não têm noção do quanto serão atingidos pela inundação, simplesmente por falta de informações. Isto causa uma enorme insegurança à população. Confessou não acreditar na dimensão dos benefícios relatados pelos empreendedores, mas sim que tal necessidade origina-se de pressão política para a utilização do dinheiro do PAC. Contou ser a população descrente quanto à consecução dessa hidrovia, que vem sendo prometida desde a década de 30. No entanto, disse que vem alertando a comunidade de que a implantação da obra hoje se tornou factível em razão do dinheiro público do PAC. Aconselhou a população precaução e atenção às discussões que estão sendo feitas. Afirmou ser o investimento equivocado, em razão da hidrovia localizar-se há 45 quilômetros em relevo mais baixo que os



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA**

municípios, além do fato de que o turismo será reduzido em pelo menos 50%, devido a perda do pantanal, região belíssima, detentora de elevada diversidade biológica. Lançou dúvidas quanto a efetividade de se proceder a captura e realocação dos animais existentes no pantanal e finalizou alertando sobre a enorme perda, caso o empreendimento seja implantado em Artemis porque, além do impacto ecológico, a região não dispõe de qualquer infraestrutura, necessitando de maior investimento. Por essas razões, apelou para que o projeto seja efetivado em Santa Maria da Serra, onde os custos financeiros e ambientais serão menores. **Flávio Castelar** discorreu sobre a importância das discussões desencadeadas durante as audiências porque proporcionam melhor entendimento do projeto, além de propiciar soluções para que a execução seja sustentável. Comentou que os cinco modais hidroviários esperados para região de Piracicaba são muito importantes para a cadeia produtiva da cana de açúcar, principalmente para a plataforma logística de exportação. Descreveu que a região de Piracicaba, São Pedro, Americana e Rio Claro são grandes produtoras de manufaturados, enquanto o agronegócio vigora no centro-oeste do Brasil. Por essa razão, explicou que todos os produtos poderão ser escoados por meio do modal hidro ferroviário atendendo a demanda atual de novas indústrias, inclusive da indústria automobilística. Revelou entender ser de suma importância encontrar um meio termo entre o desenvolvimento propiciado pela implantação da obra e seus possíveis impactos. Parabenizou o promotor Ivan Carneiro Castanheiro pela abertura de inquérito, o que possibilitará a manifestação da comunidade. Relembrou o quanto o projeto do Porto de São Sebastião foi aprimorado depois das discussões públicas. Defendeu que, a recuperação da mata ciliar deve ser realizada pelo empreendedor em contra partida da obra, no entanto, não conhece um país que tenha uma legislação ambiental tão restritiva quanto a brasileira. Comentou que, talvez, exceto pela Califórnia, não conhece nenhum outro país que obrigue o produtor rural a destinar 20% da sua área à reserva legal. Comentou sentir-se triste por ver que no Brasil os modais ferroviário e hidroviário, apesar de muito mais sustentáveis, pouco se desenvolveram, se comparados aos outros países. Expôs não acreditar que o Estado tenha proposto um projeto inviável, e se existe dinheiro do PAC, defendeu que o mesmo deve ser utilizado. Reforçou sua opinião de que não se deve barrar o desenvolvimento mas sim torná-lo sustentável, da mesma forma como a indústria da cana de açúcar tem feito hoje no Brasil, proporcionando a substituição do combustível fóssil pelo renovável. Concluiu que o Brasil ao ampliar seu modal hidroviário demonstra estar preocupado em viabilizar alternativas logísticas mais baratas, tornando-se internacionalmente mais competitivo. **José Edvaldo Tietes**, representante do Sindareia de Jacaré, após elogiar o trabalho que vem sendo realizado pelo Promotor Ivan Carneiro Castanheiro, do GAEMA de Piracicaba, defendeu que o desenvolvimento deve ser atingido de forma sustentável. Questionou como será o processo de realocação e indenizações das várias jazidas de areia e da compensação da mata ciliar localizado à montante da barragem, pertencente ao Grupo Tietes. Solicitou esclarecimentos sobre de que forma serão conduzidas as concessões, incluindo os novos pedidos e as portarias de lavras, em todas as áreas atingidas, até a foz do Corumbataí. Declarou ser o Sindareia favorável ao empreendimento, desde que tudo seja feito a luz da legislação e respeitada a população ribeirinha. **Pedro Vitoria Júnior** relatou que trabalhava na Secretaria de Logística e Transportes mas que falaria como cidadão de Piracicaba. Sendo Piracicabano, declarou que nunca trabalharia para um projeto que fosse ruim para a cidade. Como conhecedor do rio Piracicaba, contrariamente ao que foi dito, afirmou ser o rio navegável da foz, até Paulínia. Contou que alguns dos colegas do Ministério dos Transportes não concordam com o fato de Santa Maria da Serra estar sendo projetado há quatro metros do projeto original. No entanto, não vê motivo para que isso não ocorra, tendo em vista que os impactos ambientais serão menores. Relatou ser o trecho do rio Piracicaba um dos mais rentáveis da malha hidroviária brasileira porque possui potencial de atração de cargas superior a 20 milhões de toneladas, segundo consta do recente Plano Nacional de Integração Hidroviária da Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído - Antac, disponível na página do órgão. Esclareceu que a escolha de Artemis para terminal, ao invés de Santa Maria da Serra, deu-se pela adoção do conceito moderno de plataforma logística que envolve ferrovia e rodovia, propiciando a integração dos terminais de produção. Relatou serem os acessos rodoviários de Santa Maria ruins, além de ainda não contarem com a dutovia. Lembrou que relatórios do IPT,





1305  
2

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA**

da década de 70, já avaliavam tecnicamente a possibilidade dessa integração. Corrigiu a informação de que a ferrovia seria estendida em 45 quilômetros quando, na verdade, a proposta é de se ampliar a intermodalidade, com término hoje em Pedreiras, para 180 quilômetros, até Artemis. Defendeu a proposta do Estado de equilibrar a matriz de transporte, hoje essencialmente rodoviária. Passou-se a manifestação dos representantes do Poder Legislativo. **Adriano Vitor**, vereador da cidade de São Pedro, definiu o "grandioso projeto de construção da barragem de Santa Maria da Serra" como sinônimo de um salto de desenvolvimento social e econômico para região representando uma forma rápida, ecológica e barata para escoar a produção industrial, atrativa para os investidores. Além disso, será um polo turístico integrado a outras regiões do País. Finalizou alertando que discursos inflamados poderão levar ao retrocesso e empobrecimento da região, e por essa razão reforçou seu apoio a construção da barragem, solidarizando-se com o Prefeito de São Pedro e os demais envolvidos no projeto. Passou-se a manifestação dos representantes do Poder Executivo. **Clarissa Chiararia**, Secretária da Cultura e Turismo de São Pedro destacou a importância da audiência para o esclarecimento dos moradores de São Pedro, momento que deve ser ao máximo aproveitado. Afirmou ser o projeto benéfico ao turismo local, se for planejado com foco na sustentabilidade. Sendo mais um atrativo turístico, reterá de forma o visitante mais tempo na estância, contribuindo para o aumento de divisas e de postos de emprego. **Hélio Donizete Zanatta**, Prefeito Municipal de São Pedro, lembrou terem ocorrido quatro pré-audiências para propiciar o esclarecimento da população, sendo elas em Tanquã, outra na Associação Comercial, uma no Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e, por fim, a última com todas as secretarias e órgãos públicos do município. Declarou-se preocupado com os impactos no Rio Piracicaba e para população de Tanquã visto que São Pedro detém 90% da área do reservatório estando, praticamente, todo nele inserido. Considerou como relevante a preocupação das pessoas que hoje se manifestaram, mas também como de suma importância a possibilidade de uso múltiplo da barragem como propulsora de desenvolvimento não somente de São Pedro, mas também Santa Maria, Piracicaba e toda a região de Campinas. Solicitou para que fosse incluído nos estudos, obras para melhoria das rodovias estaduais como, por exemplo, a duplicação do anel de entorno de São Pedro, uma vez tratar-se de um projeto multimodal, já apontado como prioritário pelo Governador do Estado. Reconheceu a existência de impactos negativos e a necessidade de propostas para mitigá-los, conquistando desta forma a parceria de São Pedro. Passou-se a última parte da audiência. **Casemiro Tércio Carvalho**, Diretor do Departamento Hidroviário, da Secretaria de Logística e Transportes explicou ser o licenciamento ambiental um processo dinâmico que sofre alterações após ser protocolado na CETESB. Utilizou como exemplo o levantamento das famílias ocorrido em Tanquã. Relatou que para a identificação das famílias residentes foram realizadas pesquisas em campo, conduzidas pelos consultores do projeto. Nesse estudo foram identificados quais eram os residentes permanentes e veranistas. É possível que uma família ou outra não tenha sido catalogada nesse estudo preliminar, mas durante o licenciamento prévio e de instalação o cadastramento das matrículas do terreno de cada cidadão deverá, obrigatoriamente, ser feito e, conseqüentemente, essa identificação também envolverá indenizações, a localização das APPs e todo o detalhamento necessário. Expôs a complexidade de se proceder a esse cadastramento, não somente pelo seu custo elevado, mas também da ausência de registros de muitos terrenos na Comarca de Imóveis, fato este amplamente conhecido pelo Ministério Público. Para exaurir qualquer dúvida técnica existente, comprometeu-se junto ao Ministério Público, a coordenar diversas reuniões técnicas temáticas no Comitê de Bacias do PCJ, durante o mês de janeiro, e também apresentar dados de comparação dos projetos ferroviário e o hidroviário, como forma de descartar qualquer favorecimento de um desses modais. Ao se proceder a comparação dos investimentos da barragem Santa Maria da Serra ao da ferrovia, considerou como salutar subtrair-se os custos da geração, de investimento da casa de força e de transmissão porque, se o intuito é comparar um modal com outro, não se pode alocar o custo da geração de energia. Afirmou que esta contabilidade será realizada com detalhamento e será apresentada ao Comitê de Bacias de forma didática. Relatou também que a contabilidade deve considerar o cenário com e sem barragem. Quanto a recuperação da mata ciliar de todas as margens do rio, duvidou que todos os proprietários





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

assinem termos de compromisso com o Ministério Público, para executar toda a recuperação, até o término da obra, ou seja tão rápido como se propõe no projeto. Reconheceu que haverá impacto ambiental no Tanquã, mas o que a compensação será procedida recuperando-se a bacia, na Estação Ecológica do Barreiro Rico, seguindo as diretrizes da lei do SNUC. Portanto, ao contrário do que foi dito, a estação ecológica não será submersa, porque ela está a jusante da área de inundação. O que se pretende, elucidou, é conectá-la ao resto do corpo d'água, garantindo-se uma integração entre o ambientes terrestre e aquático. Ilustrou tal fato com o que ocorreu no Parque Estadual da Restinga de Bertioiga onde se utilizou esse mesmo princípio para criar conectividade entre o Parque Estadual da Serra do Mar, o Parque Estadual da Restinga de Bertioiga e o ambiente marinho. Disse que os estudos de biodiversidade da Estação Ecológica de Barreiro Rico evidenciam muito mais espécies do que as encontradas nos levantamentos realizados, porque os pontos de amostragem concentraram-se na área de impacto do reservatório. Explicou que esse processo de conectividade será objeto de monitoramento ambiental a exemplo do que é feito no Porto de São Sebastião. Afirmou que antes mesmo da obtenção da Licença de Instalação terá início a recuperação da vegetação das APPs como forma de combater a eutrofização do reservatório. Previu o crescimento dos viveiros de mudas na região, por meio de programas de desenvolvimento rural sustentável das prefeituras, junto a CAT, Casa do Agricultor e da Secretaria do Meio Ambiente, utilizando técnicas mais baratas e viáveis. Explicou que o plantio inicial será feito com a utilização de eucaliptos, os quais serão gradualmente substituídos por plantas nativas, que precisam de sombra para se desenvolver, conforme técnica proposta pela ESALQ. Passou a detalhar os trabalhos de supressão de vegetação na área de APP, a ser inundada, com o objetivo de se reduzir o impacto de eutrofização do reservatório. Destacou como importante o comportamento que será observado após o preenchimento do reservatório tal como a ictiofauna, que no primeiro momento, haverá um crescimento demográfico, seguida de uma fase de adaptação. Ao se referir à biota do Tanquã, afirmou que todas as ações socioambientais serão providenciadas pelo Departamento Hidroviário, da Secretaria de Transportes desse Governo levando em conta a corrente ambientalista que inclui o homem no meio ambiente. Explicou existirem três correntes ambientalistas que excluem o homem do meio ambiente e para seus seguidores é que voltem "para o mundo das cavernas". Lembrou haver hoje seis bilhões de habitantes no planeta, levando a uma crescente demanda por commodities agrícolas. Neste campo discorreu sobre a importância do mercado Chinês para o Brasil, sem a qual não teria economia brasileira. Retomando a questão biótica do Tanquã, disse que algumas espécies exóticas e nativas da região tenderão a crescer umas mais que outras. Passou a explicar os dois programas de monitoramento previstos no EIA/RIMA. Um deles subsidiará a decisão sobre a necessidade ou não de se proceder o repovoamento, ou se será necessário, por exemplo, apenas tanques redes para procriação de peixes e confinamento de certas espécies para sua exploração comercial. Disse terem sido identificados 207 pescadores no trecho do Tanquã e que essas pessoas irão definir junto com a equipe empreendedora o programa de incentivo e de monitoramento da pesca artesanal. **Caseiro Tércio Carvalho** expôs as condições favoráveis ao jacaré do papo amarelo e a adaptação da avifauna aos espaços existentes e que serão criados a partir da compensação ambiental para assegurar a conectividade dos corredores ecológicos da Estação Ecológica Barreiro Rico, conforme havia explicado. Contou que foram identificadas 59 famílias residentes na região do Tanquã as quais serão objeto de indenizações. Explicou as indenizações de lucro cessante serão procedidas para os produtores de cana da região. Explicou o trabalho minucioso de levantamento fundiário que deverá ser realizado entre as Licenças Prévia e de Instalação. Também citou como socialmente vantajosa obrigatoriedade do empreendedor de contratar mão de obra local, para elevar o nível de empregabilidade. Lembrou que algumas Prefeituras possuem postos de atendimento ao trabalhador para recepcionar os currículos das pessoas que desejam trabalhar nas obras. Versou sobre a experiência adquirida a partir do projeto de licenciamento do acesso rodoviário do Porto de São Sebastião. Passou a explicar que o licenciamento ora discutido, poderão se dar de formas independentes uma das outras, porque o Aproveitamento Múltiplo de Santa Maria da Serra tem diferentes fases, a de geração, do





1306  
J

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA**

transporte de cargas, à geração de turismo e atividades econômicas na região. Revelou que a barragem de Santa Maria da Serra pode acontecer independentemente de Artemis de forma a favorecer que diferentes empresários possam concorrer às diversas licitações que se farão necessárias. Passou a explicar com se classifica o potencial de navegação de um rio. Disse que esse potencial depende do tipo de embarcação a ser pretendida. Citou o exemplo da diversidade de embarcações que são utilizadas para navegar no rio Piracicaba se comparado ao comboio tipo Tietê. Explicou que Artemis fará conexão com o Ferroanel Norte e que Conchas e Salto farão conexão com o Ferroanel Sul ou seja são duas vias diferentes de conexão ao Porto de Santos. Refutou que essas descidas tem a capacidade de escoar toda a produção oeste do País e afirmou existir um potencial de escoamento de mais de vinte milhões de toneladas por hidrovia, represado. Voltou a ressaltar que na próxima audiência iria incluir na apresentação a categorização dos custos do projeto. Finalizou garantindo que todos os afetados serão indenizações à luz da legislação. Ao ser questionado de como ficariam as propriedades que estão fora da área de alagamento, porem nos 100 metros de APP Casemiro Tércio Carvalho, lembrou que toda a comunidade da margem direita do Tanquã encontra-se nessa situação. Explicou que, segundo seu entendimento, em razão dessa comunidade ter se instalado, antes do Código Florestal, ela esta livre de ser demolida. Reforçou haver também a favor do projeto, o princípio da razoabilidade, que pode ser utilizado a seu favor para que se use o bom senso em situações como estas. Existem áreas ao longo do reservatório onde as restrições são maiores para se proceder a desafetação e em outras se permite um nível maior de intervenção, conforme previsto em lei. Explicou que critério semelhante será seguido em relação às atividade de mineração o mesmo comportamento das residências. Ponderou que existirão lavras que poderão continuar onde estão, mesmo com a elevação do nível do reservatório, porque são lavras de dragagem. Ressaltou, no entanto, a constatação, de que algumas lavras terão que ser realocadas e que o programa existente já prevê uma conversa com o DNPM para identificar outros pontos de lavras para garantir a continuidade da atividade, principalmente porque nós seremos um grande consumidor deste produto. Se por outro lado, houver a cessação da atividade de lavra, sem que se possa mudar para uma nova área, neste caso outra solução será dada aos produtores. **Fernanda Amaral Dantas Sobral**, gerente de Divisão de Avaliação de Obras Hidráulicas e Lineares da CETESB, esclareceu Ivan Carneiro Castanheiro que o detalhamento dos programas ambientais e de licenciamento integrados ain daserão solicitados pela CETESB, sendo a audiência um dos momentos importantes para se obter dados fundamentais que subsidiará a análise da viabilidade ambiental do empreendimento. No que se refere a possibilidade de se atrelar o licenciamento da hidrovia à viabilidade da ferrovia, para que se possa garantir a interligação desses modais, não se recorda se a CETESB já exigiu algo semelhante, mas tratando-se de condicionantes acredita que isso possa ser feito no âmbito do licenciamento. Depois de declarar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas e de agradecer, em nome do Secretário de Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Federal Bruno Covas a participação de todos, o Secretário-Executivo **Germano Seara Filho** informou que todo e qualquer interessado em contribuir para o aprimoramento do projeto poderá enviar sua sugestão ou proposta através de *email* ou correspondência a ser encaminhada diretamente para o Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB. E, como nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos dessa audiência pública. Eu, **Paula Frassinete de Queiroz Siqueira**, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria-Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

*Paula Frassinete de Queiroz Siqueira*





1307  
/

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da Audiência pública sobre o EIA-RIMA do empreendimento “Aproveitamento Múltiplo de Santa Maria da Serra”, de responsabilidade do Departamento Hidroviário–DH da Secretaria de Logística e Transporte, na cidade de Santa Maria da Serra, no dia 10 de dezembro de 2013.**

Realizou-se, no dia 10 de dezembro de 2013, às 17 horas, no Salão Paroquial da Igreja Matriz, Praça Ademar Vieira Pisco, s/nº, Centro, Centro, Santa Maria da Serra/SP, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente–EIA/RIMA do empreendimento “Aproveitamento Múltiplo de Santa Maria da Serra”, de responsabilidade do DH – Departamento Hidroviário S/A (Processo n. 185/2012). Dando início aos trabalhos, o **Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho**, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Josias Zani Neto, Prefeito do Município de Santa Maria da Serra –, dos Poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público do Estado de São Paulo, dos órgãos públicos, das entidades ambientalistas, das organizações da sociedade civil, dos COMDEMAS, da Polícia Militar Ambiental, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente–EIA/RIMA do empreendimento “Aproveitamento Múltiplo de Santa Maria da Serra”, de responsabilidade do DH – Desenvolvimento Hidroviário S/A da Secretaria de Logística e Transporte (Processo n. 185/2012). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente–CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo com que possa contribuir para melhoria dos estudos e do projeto e/ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela **Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011** para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele/ela. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em sequência, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham-se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que desejasse fazê-lo e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse. Informou que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, Secretário-Executivo, e composta ainda por até dois membros do CONSEMA que se encontraram presentes, como também por um representante da área de licenciamento ou da área responsável pela proposta que está sendo discutida, no caso a bióloga **Mayla Matsusuzuki Fukushima**, gerente do Depto. de Avaliação Ambiental de Projetos de Transportes Rodoviários da CETESB, a quem igualmente convidou a tomar assento à Mesa Diretora dos Trabalhos e, em seguida a oferecer informações sobre o processo de licenciamento do empreendimento em tela. A bióloga **Mayla Matsusuzuki Fukushima**, gerente do Depto. de Avaliação Ambiental de Projetos de Transportes Rodoviários da CETESB, declarou que representava e essa agência ambiental nessa audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Aproveitamento Múltiplo de Santa Maria da Serra”, de responsabilidade do Departamento Hidroviário – DH, da Secretaria de Logística e de Transporte. Esclareceu que o objetivo da audiência é colher subsídios com vistas a contribuir com a análise técnica da equipe que está analisando o referido Estudo de Impacto Ambiental. Informou que, na presente etapa do licenciamento, em que o empreendimento é analisado do ponto de vista de sua viabilidade ambiental, são examinados minuciosamente e detalhadamente os estudos e eventuais complementações, enfim todos os documentos que integram o processo. Acrescentou que, além de serem colhidos os subsídios ofertados durante as audiências, são buscados aqueles oferecidos depois das audiências, principalmente os que forem enviados pelas organizações da sociedade civil e dos órgãos técnicos municipais. Acrescentou que, após a análise, se o empreendimento for considerado ambientalmente viável, lhe é concedida a licença prévia, que não autoriza o início das obras, pois só certifica sua viabilidade ambiental. Esclareceu ainda que a concessão dessa licença se faz acompanhar de condicionantes e/ou exigências, cujo cumprimento é imprescindível para continuação do licenciamento. Atendidas essas exigências o processo ingressa na fase de instalação. De posse da licença de instalação, a execução da obra só pode ser iniciada e





1308  
/

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA**

concluída se atendidas as condicionantes estabelecidas para a fase de operação. Portanto, o que pretendia esclarecer é que, se o empreendimento for considerado viável ambientalmente, após a análise de todas as etapas, ele pode ser plenamente executado. Passou-se à etapa em que se manifestam o representante do empreendedor e o da empresa de consultoria responsável pelos estudos. O eng<sup>o</sup> **Casemiro Tércio Carvalho**, Diretor do Departamento Hidroviário da Secretaria de Logística e Transportes, ofereceu, em primeiro lugar, argumentos que justificam a importância da implantação do projeto no contexto do desenvolvimento do país, e o geógrafo e Economista José Roberto dos Santos, apresentou os estudos. Passou-se à etapa em que se manifestam representantes do Ministério Público. **Michel Metram da Silva** declarou que representava os Promotores Ivan e Alexandre que integram Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente-**GAEMA**, com o propósito de oferecer algumas informações. Em primeiro lugar, declarou ter o Ministério Público instaurado inquérito civil como uma maneira de acompanhar o processo, e que está colhendo subsídios com o propósito de dirimir as dúvidas, porque esse órgão ainda não possuía opinião formada a esse respeito. Enfatizou que uma das questões que o Ministério Público pretendia ver respondida, por considerá-la importante, diz respeito às inundações que a população do Bairro Nova Piracicaba sofre por ocasião das cheias que inundam o Rio Piracicaba, mas o estudo elaborado a esse respeito – o estudo sobre o remanso, que, provavelmente, apresentaria soluções – não foi contemplado pelo EIA/RIMA nem se encontra disponível na página do CONSEMA que faz parte do sítio eletrônico da CETESB. Declarou que considerava importante a informação oferecida de que o empreendimento só receberá licença de operação se efetivamente cumprir todos os programas ambientais, um possui o objetivo de destinar verba para implantação de 31 programas ambientais. Observou que, entre esses programas, um tem como objetivo promover a restauração de área de preservação permanente com 2 mil e 400 hectares de extensão com recursos da ordem de 72 milhões de reais, uma vez que a restauração de cada hectare custa 20 mil reais. **Evandro Rogério de Souza**, representante do Grupo de Defesa Ecológica da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba, declarou que a preocupação da entidade se relaciona com a fauna e a flora, precisamente com as 218 espécies de aves – 71 delas típicas do ambiente aquático do pantanal, das quais 83% foram identificadas como exclusivamente desse ambiente e podem desaparecer com o funcionamento do empreendimento, além de 14 delas fazerem parte da lista das espécies ameaçadas de extinção e 12 serem migratórias de longas distâncias que vêm buscar refúgio no pantanal, e, ao deixarem de vir, a região não mais contará com elas. Com relação aos mamíferos, observou, há uma preocupação maior, pois se trata de animais pequenos e de grande porte, como é o caso da onça e do lobo-guará, que foram empurrados para as margens e que hoje se encontram principalmente nas áreas de preservação permanente formadas nos últimos trinta, quarenta anos em torno dos reservatórios. Observou que, com o alagamento, essa área de preservação permanente tende a desaparecer e essas espécies não sobreviverão em consequência da monocultura e do pasto em campo aberto. Propôs que, antes de ser iniciado o enchimento da represa, se faça a recomposição da mata ciliar no entorno, até chegar ao ponto do alagamento. Argumentou que espécies importantes podem desaparecer, inclusive aquelas já ameaçadas de extinção, cujo risco a seu ver se agravará com a decomposição da matéria orgânica que permanecerá no fundo da represa. Noticiou que já existem estudos sobre o tempo de permanência dessa matéria e o nível de CO<sub>2</sub> que liberará. Informou que continuará participando com o Ministério Público das audiências e se colocava à disposição para colaborar com os debates. Passou-se à etapa em que se manifestam as pessoas em seu próprio nome. **Carlos Eduardo Magalhães**, Presidente da Companhia Barreiro Rico, informou que a extensão dos fragmentos da mata atlântica existentes em Barreiro Rico são 2 mil e 500 hectares, dos quais 1 mil pertence a essa companhia e são averbados como Reserva Legal. Argumentou que a construção da barragem, sob o ponto de vista econômico, é altamente positiva, e que existem só dois cursos d'água que ligam a mata ao Rio Piracicaba, cujo trajeto é ladeado por matas ciliares que foram 100% preservadas ao longo dos últimos cem anos. Acrescentou que os corredores são constituídos por áreas de preservação permanente e que dezenas de espécies, entre as aves e os mamíferos que neles circulam, pertencem a espécies ameaçadas de extinção, tal como consta de relatório obtido com a International Union for Conservation of Nature-IUCN. Informou que, em 1999, a CESP solicitou, através de ofício datado de 26 de abril, que o Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Piracicaba, Capivari e Jundiá oferecesse parecer sobre essa obra. Argumentou que o custo da obra corrigido pela própria CESP ultrapassava, à época, folgadoamente os atuais 2 bilhões de reais, sem contar com as desapropriações. Depois de fazer a leitura de trechos do parecer oferecido pela CBHPCJ à Escola de Agricultura "Luiz de Queiroz"-ESALQ e à USP, indagou por que esses órgãos devem manifestar-se novamente se já o fizeram em 1999 acerca de barragem absolutamente idêntica. **Valdir Prati**, depois de declarar não ser filiado a partido político nem tampouco representar qualquer entidade, afirmou que se reconhecia como cidadão santa-mariense, porque, embora não residisse no município, foi nele que cresceu e que obteve as primeiras orientações para a vida. Declarou terem sido esses os motivos que o fizeram sair de Piracicaba para participar da audiência e, se possível, oferecer alguma contribuição. Declarou que há vários dias, meses e semanas não conseguia dormir porque não conseguia entender o projeto. Perguntava como se gastaria dinheiro público para aumentar apenas 45 km em uma hidrovia de 2 mil e 400 km, o que promoverá consideráveis impactos ambientais. Em sua cabeça, confessou, não dava para entender como se justificava essa iniciativa. Declarou não ter examinado o EIA, mas, sim, o RIMA, e que passaria a ler um dos trechos que precisava entender melhor e que afirma que, na Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba opera o Terminal de Santa Maria da Serra, o que, a seu ver, observou, dá a entender que esse terminal já existe e que, portanto, não se faz necessário ampliá-lo 45 km quilômetros acima do rio, a não ser que se pretenda que Piracicaba possua um modal e Santa Maria da Serra, dois, o que é, a seu ver, absolutamente desnecessário. Desfilou uma série de





1309  
/

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE → CONSEMA**

argumentos que justificam seu ponto de vista de que essa obra é desnecessária. Flávio Castelar declarou que trabalhava em Piracicaba na cadeia produtiva da cana-de-açúcar e que, no que dizia respeito ao represamento, entendia que o espelho d'água traria melhorias para as atividades turísticas. Comentou que as usinas vêm colaborando para a melhoria das áreas que ficam em seu entorno, principalmente no que diz respeito a sua sustentação ambiental, motivo pelo qual parte dela estava sendo transferida do Estado de São Paulo para o Centro-Sul do Brasil, para o Centro-Oeste de Mato Grosso e para os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Lembrou a importância de o transporte hidroviário da região produtora de *comoditie*, açúcar e etanol se transferir para a região e chamou atenção para o fato de que, a partir de 2016, a colheita se tornará totalmente mecanizada. Referiu que a atividade sucroalcooleira será reduzida de 20 a 25%, e outra passará a ser desenvolvida para suprir essa perda. Indagou como a região aproveitará a multiutilização da represa, e que foi justamente essa indagação que o fez comparecer à audiência. Teceu considerações sobre a possibilidade de a implantação desse projeto constituir uma boa chance para se melhorar a mata da região, especialmente no que concerne à conectividade em seu interior. Para tanto, observou, é preciso conhecer melhor a dinâmica socioeconômica da região, os impactos que o aproveitamento da rodovia provocará e buscar saídas inteligentes para os problemas que, por certo, acontecerão. Acrescentou que, por certo, a região contará com cinco modais – dutovia, rodovia, hidrovía, aerovia e ferrovia, e que a barcaça descerá o rio com açúcar, etanol e soja e voltará para Goiás e Mato Grosso transportando geladeira, fogão, comida industrializada, papel higiênico e diversos outros produtos, tornando-se inimaginável o ganho que essa região terá. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Josias Zani Neto, Prefeito do Município de Santa Maria da Serra, depois de agradecer os esforços despendidos para que essa audiência fosse realizada no município, declarou sua enorme satisfação por receber, entre outros, Germano Seara Filho, Secretário Executivo do CONSEMA; Mayla Matsuzuki Fukushima, Diretora do Departamento de Avaliação Ambiental e representante da CETESB nessa audiência; Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho, Diretor do Departamento Hidroviário da Secretaria de Logística e Transportes, e, representando nessa audiência o Governador do Estado, Geraldo Alckmin; e o ex-Prefeito de Santa Maria da Serra Ercídio Mariano. Declarou que tem sido amplamente debatido o investimento que se pretende fazer na Hidrovía Tietê-Paraná, o que foi sacramentado pela assinatura de um termo de compromisso pela Presidenta Dilma Rousseff e o Governador Geraldo Alckmin. Todavia, observou, chamava atenção para o descrédito e a desconfiança que existem em torno dessa obra, uma vez que seu projeto vem sendo debatido há mais de quarenta anos. Declarou que, quando da assinatura do referido termo compromisso – que teve lugar neste mesmo local em meados de 2012 –, foi novamente debatida sua viabilidade, que repousa no fato de que ela propiciará o desenvolvimento regional. Declarou ainda reconhecer que a comunidade vem contribuindo, do ponto de vista social, com o debate sobre esse projeto, motivo por que é constituída, em cada município envolvido, uma comissão formada por representantes da sociedade civil e dos órgãos público. Declarou que, embora não morresse de amores pelo projeto, era seu defensor por acreditar que ele se situa no contexto de um processo de crescimento regional, pois o município sozinho não consegue promovê-lo. Declarou que muitas pessoas trabalhavam contra o progresso e o desenvolvimento de Santa Maria da Serra, razão por que aqueles que o defendiam devem unir suas forças, buscando galgar etapas que os façam alcançar os objetivos que se propuseram concretizar, que é contribuir para que um grande número de investimentos seja trazido para a região. Referiu-se às reivindicações que formulou e declarou acreditar no ato de fé feito pelo conselheiro Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho, de acordo com o qual o projeto será inquestionavelmente implantado. Observou que se trata de uma obra multipartidária, pois será construída com recursos dos Governos federal e estadual, e que esta é a mais uma das razões pelas quais a apoiava o projeto e com ele pretendia colaborar. Passou-se à etapa das réplicas. O eng<sup>o</sup> Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho declarou que passaria a responder as perguntas que dizem respeito a aspectos menos específicos do projeto, e que, em relação aos mais complexos, convidará os membros da equipe de consultoria responsável pela elaboração dos estudos. Declarou que, no que diz respeito ao estudo do remanso, ele foi bem desenvolvido e contemplou não só as lâminas de água sobre as quais exercerá influência o processo de assoreamento que se desenvolve tanto na região de São Pedro como naquela próxima do município de Piracicaba. Declarou que a realização do trabalho em duas frentes visa obviamente executar o desassoreamento com fins econômicos. Pontuou que, como se sabe, os portos de areia estão presentes ao longo do rio e a atividade minerária, embora pouco valorizada pela economia brasileira, é muito importante. Reiterou que não considerava prudente que os cálculos sobre os recursos desse projeto fossem feitos com base em correção monetária e juros da taxa de desconto de um projeto antigo. Reiterou que não considera prudente a utilização desses critérios para esse tipo de projeto. Declarou que os cálculos eram transparentes e que, dos 670 milhões previstos, 250 milhões foram destinados a compensações ambientais; como replantio de áreas de preservação permanente, aquisição de terrenos para estabelecer a conectividade entre o ambiente aquático, as estações e as unidades de conservação do entorno. Observou que o objetivo não é degradar Barreiro Rico, mas, pelo contrário, utilizar seu potencial para promover a conectividade com o reservatório – e esta é uma das pérolas do projeto. Referiu-se novamente aos dois cenários possíveis, um com e outro sem a barragem, e que, quando se toma uma decisão estratégica, seja por ocasião do licenciamento ambiental seja por ocasião da análise da viabilidade ambiental de um empreendimento, os dois cenários devem ser levados em conta. Declarou considerar remota a possibilidade de se promover a gestão desse reservatório e a recomposição das áreas de preservação permanente se não se contar com um empreendedor com o porte do Departamento Hidroviário. Reiterou não ter certeza de que isso acontecerá, a não ser que o próprio Comitê de Bacias apresente um plano ousado de recuperação e de recomposição





13/0

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

vegetal dessa magnitude. Informou que essas questões já haviam sido discutidas com a CETESB, que entende ser ousado esse plano de recomposição na medida em que contemplará a montagem de viveiros na região e outros indiretos, que não foram contabilizados, como a geração de empregos. Comentou que se discute também o repovoamento da ectiofauna, caso seja indicado pelo monitoramento. Referiu-se também à possibilidade de se aumentar o estoque de pesca no reservatório, o que beneficiará tanto a pesca artesanal como a profissional e, conseqüentemente, a comunidade de Tanquã. Teceu comentários sobre a dificuldade de se encontrar terreno público disponível para promover a recomposição, obstáculo este que se fez presente na construção de empreendimentos ligados ao transporte, como o ferroanel e o rodoanel, embora no que diz respeito ao empreendimento em tela se dispõem de recursos para executar a desapropriação de terra e sua recomposição, agregando-se, assim, valor a essa obra. Postulou que a execução desse empreendimento poderá utilizar mão de obra local, desde que se elabore programa semelhante ao que se encontra em andamento em São Sebastião, que utiliza 80% da mão de obra local, medida que vai ao encontro de decisão aprovada pelo Conselho de Atividade Portuária, que estabelece devam ser utilizados 70% da mão de obra regional nos contratos firmados no âmbito do Porto, ou seja, se não houver mão de obra disponível no município em que o empreendimento está sendo implantado, ela deve ser buscada na cidade ao lado, contratando-se, portanto, sempre mão de obra regional, exigindo-se a apresentação do título de eleitor para comprovação, pois ele é o documento que demonstra a vinculação do cidadão ao município. Além disso, observou, devem ser implementados programas de capacitação da mão de obra local para atender à demanda relativa à dragagem e à manutenção. Referiu que na cidade de Araçatuba 700 pessoas trabalham diretamente no estaleiro e foram habilitados os fornecedores para a cadeia produtiva. Noticiou também que há dois projetos: o da expansão ferroviária até Santa Maria da Serra *versus* extensão hidroviária até Artemis, e que os custos de ambos foram contemplados pelo EIA/RIMA. Acrescentou que, quando se comparam os custos de operação desses dois sistemas, evidencia-se a nítida diferença do ganho econômico bem maior em favor da extensão de Piracicaba. Argumentou que enfatiza a questão econômica porque ela é a primeira condição que fragiliza a viabilidade ambiental. Referiu-se ao fato de o EIA não ter contemplado os custos operacionais, mas tão somente aqueles relacionados com a implementação da obra, e que, quando os primeiros custos são contemplados, a situação fica gritante, o que não significa deixar de escanteio Santa Maria da Serra da matriz de transporte, dado que seu terminal possui potencial para diversificar. Declarou acreditar que tais possibilidades são externalidades importantes do ponto de vista econômico. Referiu que as dúvidas nas primeiras audiências são sempre pontuais. Enfatizou que a concentração da avifauna no Tanquã, possui analogia com o ato de oferecer dannoninho a uma criança. O estoque muito grande de pássaros que aí se encontra vai pescar com grande facilidade os peixes, comerá o peixe com grande facilidade, já que ele existe em abundância e em um local concentrado. E, acrescentou, com o enchimento do reservatório, esse estoque tende a aumentar, mas, por outro lado, se dispersará, não ficando concentrado em um único lugar, até mesmo porque a conectividade entre as áreas de preservação permanente, as estações ecológicas e os fragmentos florestais favorecerão essa dispersão, pois a avifauna pousará em novos lugares, procriarão e utilizarão esse espaço de migração. Argumentou que não tinha certeza de que isso espontaneamente acontecerá, daí a necessidade de se implementar o monitoramento da avifauna. Reconheceu que propunha ao gestor do reservatório que realize o monitoramento da mastofauna, ectiofauna e avifauna, ou seja, adote as medidas cabíveis em função do monitoramento. Depois de tecer comentários sobre o estocamento de CO<sub>2</sub> que ocorrerá em toda a área, ofereceu informações sobre as etapas do plantio nas áreas de preservação permanente de modo a se garantir a conectividade – o que será feito em três anos –, enquanto o fechamento do reservatório deverá ser executado nos dois últimos meses da obra. Acrescentou que toda mata que será preenchida tem de ser estocada e removida com vistas a se prevenir a antropização do corpo d'água. Acrescentou que será justamente nesse momento que a fauna será removida para as áreas superiores e criados corredores de conectividade com os fragmentos existentes na região. Referiu-se a algumas dificuldades a serem enfrentadas quando da recomposição das áreas de preservação permanente e das técnicas existentes para superá-las, como aquelas postas em prática pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – ESALQ, precisamente no que diz respeito ao plantio e manejo das exóticas pioneiras, entre as quais se sobressaem os eucaliptos. **Virgínia**, uma das técnicas que fazem parte da equipe multidisciplinar que elaborou o EIA/RIMA, ofereceu informações sobre o acesso às obras, entre as quais se evitar a estrada que atravessa o meio do Barreiro Rico; evitar também o tráfego de caminhões na região; e se construir uma estrada que passe à jusante do Barreiro Rico, que interferirá em alguns veios d'água, pois não há nenhuma chance de se enfrentar a falta de água na reserva. Depois de o representante do Departamento Hidroviário, **Casemiro Tércio Carvalho**, ressaltar que a estrada que se pretende seja construída não aterrá os corpos d'água e que se trata de uma obra de arte, uma passagem por cima dos corpos d'água preservando as drenagens do terreno, **Vilma Cavinato**, outra técnica que faz parte da equipe multidisciplinar responsável pela elaboração dos estudos ambientais, afirmou ter participado da elaboração dos estudos sobre recursos hídricos e qualidade da água do Reservatório Santa Maria, que foram muito detalhados e acompanhados, inclusive, por modelagem matemática. Ofereceu dados sobre a vegetação das áreas que serão afogadas, os quais apontaram para a necessidade de que 70% delas sejam retirados 70% do reservatório, com vistas a serem mantidas as condições satisfatórias de oxigênio. Acrescentou que, mesmo para esse remanescente de 30% da vegetação afogada, a fase de enchimento será um pouco mais crítica, porque ocorrerá uma queda de oxigênio, mas essa vegetação, em um prazo de sessenta dias, começará a se estabilizar. **Alec Zeimad**, responsável pelos estudos de ectiofauna no âmbito do empreendimento “Aproveitamento Múltiplo de Santa Maria da Serra”, apresentou os resultados





1311  
L

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

do levantamentos feitos, entre outros uma diversidade de peixes bem considerável, da qual 54 espécies não são da região, vieram de outras áreas e de outros rios do país e de outras regiões do mundo. São as chamadas espécies exóticas e alóctones. Verificou-se, também em campo, que boa parte dessas espécies transcoladas, ou seja, nativas de outras bacias hidrográficas brasileiras, está na região e que algumas espécies exóticas compõem parte significativa daquilo que os pescadores profissionais pescam, principalmente na região do Tanquã, a exemplo da Tilápia do Nilo – uma espécie exótica, nativa da África e que está presente na região por motivos outros que não do empreendimento. Informou que, dadas as características do Rio Piracicaba atualmente, que recebe uma alta carga de efluentes, principalmente de origem doméstica, verificou-se que existe uma biomassa, uma quantidade de peixes bem elevada, em virtude desse aporte de nutrientes de natureza doméstica. Acrescentou que o que se prevê é que a atividade da pesca profissional, principalmente, não acabará, pelo contrário, algumas espécies que são pescadas terão a sua quantidade aumentada. Relatou ainda que se observou a ocorrência de uma migração natural da pesca profissional para essas espécies exóticas e alóctones, portanto, não nativas da região, que são espécies economicamente bem importantes. Entretanto, observou, não se pode dizer que não ocorrerá algum tipo de impacto. Questiona-se, acrescentou, como 17% dessas espécies, ou seja, mais ou menos nove espécies – que são principalmente as migradoras de longa distância, tais como o dourado, o curimba, algumas espécies de piapara, piaui e piava – se comportarão ao longo do funcionamento do empreendimento, e só assim será possível implementar, eventualmente, medidas que contemplem a minimização dos impactos sobre os estoques dessas espécies. Noticiou que se discute atualmente a possibilidade de se utilizar tecnologias diferenciadas que contribuirão para a melhoria do trânsito desses peixes através de uma escada, e será a equipe técnica da engenharia que poder diagnosticar sua viabilidade. No tocante à sua existência – acrescentou – efetivamente ela é comprovada, ou seja, existem algumas tecnologias que permitem o trânsito do peixe, não só no sentido de montante, mas de jusante. **Casemiro Tércio Carvalho**, representante do Departamento Hidroviário, reiterou as informações já por ele oferecidas sobre a avifauna. Ainda sobre essa questão, declarou acreditar que, com o monitoramento, se tornará possível identificar outras possibilidades de criar ambientes para que haja essa procriação. Reiterou a necessidade de se identificar, também com o monitoramento, o tamanho da migração e se identificar outros lugares para onde esses pássaros possam migrar, para pousar e se procriar. Relatou a experiência ocorrida na Ilha da Samambaia, que a tornou um ambiente com condições favoráveis para procriação de animais. Chamou atenção para o fato que, em virtude da inexistência de áreas de preservação permanente, ou seja, por não haver espaço para se esconder, o jacaré do papo amarelo se transformou em um predador nas lagoas de hoje. Observou que, por essas razões, é necessário aferir se a recomposição de áreas de preservação permanente, nas taxas que estão sendo propostas, pode abrigar esses animais e, entre eles, o principal predador, que é o próprio homem. Depois de **Casemiro Tércio Carvalho** oferecer informações sobre como se superar as dificuldades que se tem enfrentando para consultar os estudos, o **Secretário-Executivo** reiterou as proposta oferecidas e se comprometeu a consultaria novamente à área de comunicação da CETESB a esse respeito. Até onde sabia, acrescentou, que essas dificuldades às vezes dizem respeito ao tipo de máquina e programas utilizados. Agora uma coisa que pode ajudar – observou – e que tem aconselhado os empreendedores a fazer é produzir um certo número de DVDs contendo os estudos e trazê-los para as audiências, e, nessa oportunidade, distribuí-los com aqueles que necessitarem. **Casemiro Tércio Carvalho**, Diretor do Departamento Hidroviário, se comprometeu a providenciar esses recursos, que, inclusive, poderão ficar disponíveis nos lugares onde os estudos encontram-se expostos para consulta. A bióloga **Mayla Fukushima**, gerente do Departamento de Avaliação Ambiental da CETESB, declarou que representava o Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos da CETESB, onde tramitava o processo relativo ao empreendimento que era objeto dessa audiência. Comentou que o mesmo se encontra na primeira fase do licenciamento, a qual culminava com a elaboração de parecer conclusivo sinalizando no sentido ou da aprovação da viabilidade ambiental do empreendimento ou de sua rejeição. Acrescentou que uma súmula desse parecer – que será elaborado com base nos subsídios que eventualmente ainda vierem a ser oferecidos e aqueles que a Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental retirou da análise dos estudos ambientais ou vier a solicitar – será encaminhada ao CONSEMA, para que o Plenário, na reunião em que dela tome conhecimento, possa avocar ou não, para si, sua análise. Acrescentou que, em caso positivo, ou seja, caso o CONSEMA acate a avocação, caberá ao Pleno apreciar os estudos ambientais quando ele se constituir objeto da Ordem do Dia. Caso a avocação não seja formulada – ou formulada, mas não acolhida –, caberá à CETESB continuar a análise dos estudos, sem a participação do CONSEMA. O engº naval **Casemiro Tércio Carvalho** declarou que toda contribuição ao projeto seria bem-vinda. Declarou ainda que a equipe técnica registrou todas as propostas formuladas, que serão anexadas ao processo para que a equipe técnica possa sobre ela se debruçar. Depois de declarar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas e de agradecer, em nome do Secretário de Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Federal Bruno Covas a participação de todos, o Secretário-Executivo **Germano Seara Filho** informou que todo e qualquer interessado em contribuir para o aprimoramento do projeto poderá enviar sua sugestão ou proposta através de *email* ou correspondência a ser encaminhada diretamente para o Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB. E, como nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos dessa audiência pública. Eu, **Paula Frassinete de Queiroz Siqueira**, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria-Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

*Paula Frassinete de Queiroz Siqueira*





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

13/12  
J

**Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Aproveitamento Múltiplo Santa Maria da Serra”, de responsabilidade do Departamento Hidroviário – DH, da Secretaria de Logística e Transporte, realizada na cidade de Piracicaba, em 12 de dezembro de 2013.**

Realizou-se, no dia 12 de dezembro de 2013, às 17h00, no Auditório da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba – FUMEP, na Avenida Monsenhor Martinho Salgot, 560, Vila Areão, Piracicaba S/P, a Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto de Meio Ambiente – EIA/RIMA, de responsabilidade da Secretaria de Logística e Transportes (Proc. 185/2012). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Bruno Covas, saudava e dava boas-vindas aos representantes do Poder Executivo – os Excelentíssimos Senhores Gabriel Ferrato e João Chaddad, Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Piracicaba, e dos Ilustríssimos Senhores José Antônio de Godoy, Secretário de Governo do Município de Piracicaba; Francisco Rogério Vidal e Silva, Secretário do Meio Ambiente do Município de Piracicaba; Rose Massaruto, Secretária de Turismo do Município de Piracicaba; Tarcísio Mascarim, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Município de Piracicaba; Vlamir Schiavuzo, Presidente do SEMAE do Município de Piracicaba; e Miromar Rosa, Diretor do Centro de Comunicação do Município de Piracicaba; do Poder Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Antônio Carlos de Mendes Thames, Deputado Federal; Francisco Almeida, José Antônio Fernandez Paiva, Gilmar Tano e Dirceu Alves da Silva, Vereadores pelo Município de Piracicaba; dos órgãos públicos, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Cláudio Bini, Procurador-Geral do Município de Piracicaba; dos Conselhos – na pessoa da Ilustríssima Senhora Sônia Cristina Ramos, representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente – COMDEMA do Município de Piracicaba. Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual de Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos para que opinem, formulem indagações, ofereçam contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria dos estudos, projetos ou proposta apresentadas. Esclareceu também que seu papel nas audiências é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA NORMATIVA 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre eles. Explicou que imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles à até cinco minutos, seguidos por cidadãos que representam o Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer opinião ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista exposto tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que o desejasse e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse. Após declarar que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, **Secretário-Executivo do CONSEMA**, e composta por dois membros do CONSEMA, naquele momento ausentes. Observou que se encontrava presente, nesta audiência, um representante da área de licenciamento ambiental, engº Rodrigo Passos Cunha, Gerente da Divisão de Avaliação de Empreendimentos de Transporte da CETESB. **Rodrigo Passos Cunha** declarou que representava o Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos da CETESB, onde tramitava o processo relativo ao empreendimento que era objeto dessa audiência. Comentou que o mesmo se encontrava na primeira fase do licenciamento, a qual culminava com a elaboração de parecer conclusivo sinalizando no sentido ou da aprovação da viabilidade ambiental do empreendimento ou de sua rejeição. Acrescentou que uma súmula desse parecer – que será elaborado com base nos subsídios que eventualmente vierem a ser oferecidos e naqueles que a Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental retirar da análise dos estudos ambientais quando ele se constituir objeto da ordem do dia. Caso a avocação não seja formulada – ou, se foi formulada, mas não acolhida, caberá à CETESB continuar a análise dos estudos, sem a participação da CETESB. Passou-se à etapa em que se manifestam o representante do empreendedor, o engº naval **Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho**, Diretor do Departamento Hidroviário – DH da Secretaria de



1  
J



1313  
A

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Logística e Transporte, que apresentou o projeto, e o geógrafo e economista **José Roberto dos Santos**, representante do Consórcio T.E.V.U., empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Ministério Público. **Ivan Carneiro Castanheiro**, representante do Ministério Público, especialmente do Grupo de Atuação Especial em Meio Ambiente em Piracicaba-PCJ-Piracicaba, declarou que o órgão que representa instaurou inquérito civil, não porque exista alguma irregularidade pré-determinada, mas por ser essa a forma que o Ministério Público tem de atuar oficialmente. Pontuou que um dos objetivos desse inquérito é garantir a máxima transparência e a disponibilidade de informações, para que o órgão possa coletar todos os elementos técnicos, depoimentos, documentos, que lhe possibilite, ao final, adotar uma posição oficial contrária ou favorável à construção da barragem. Declarou que reiterava as informações de que o Ministério Público até esse momento se mantinha imparcial para evitar qualquer espécie de especulação, e que, apesar do pouco prazo disponível, a instituição vem ouvindo as entidades e os diferentes segmentos da sociedade, participando das reuniões públicas promovidas pelo Departamento Hidroviário, aos sábados à noite, indo a todos os lugares com o objetivo de colher informações que lhe permitam compreender bem os fatos, e, com base nessa compreensão, se posicionar. Argumentou serem essas algumas considerações preliminares que se baseiam em informações obtidas e com base nas quais o Ministério Público tomará posição. Noticiou que aproveitava a oportunidade para esclarecer que a restauração de áreas de preservação permanente não constitui compensação ambiental, como às vezes se fala e consta dos programas, mas, sim, uma obrigação legal, porque é preciso preservar as margens dos cursos d'água para se evitar a sedimentação e a perda do reservatório. Acrescentou que a CETESB tem exigido nos últimos tempos que as áreas de preservação permanente sejam restauradas antes da construção das barragens, para que sirvam de abrigo para as aves que serão afugentadas do reservatório por ocasião de seu enchimento. Outra questão, observou, diz respeito ao estudo sobre o remanso criado pelas enchentes do Rio Piracicaba. Observou que, atento para essa possibilidade, o Ministério Público instaurou inquérito civil já em 2012. Informou também ter recebido uma representação da Universidade Estadual Paulista-UNESP, precisamente das mãos do Professor Roberto Braga, com base na qual o Ministério Público recomendou ao Departamento Hidroviário que elabore estudos sobre o remanso, o qual, encaminhado a esse órgão sexta-feira passada, foi objeto de análise preliminar, mas com condições de subsidiar uma boa compreensão do fenômeno, e, até mesmo, atestar que esse estudo não consta do Estudo de Impacto Ambiental, função que já cumpriu. Informou ainda que esse estudo se encontra disponível na internet, onde pode ser consultado, precisamente sobre a existência ou não de riscos de ocorrência de enchentes. Declarou que se sabia que muitas pessoas não tiveram condições de acessar as informações técnicas nele contidas para analisar e saber se haverá efetivamente riscos de enchente. No que diz respeito ao Tanquã, que, informou, foi construído há cerca de quarenta anos atrás como compensação da Barragem de Barra Bonita, ele será destruído para que seja reconstruído um novo ecossistema, revelando-se, assim, que se trata de compensação insuficiente, pois ela deve ser, no mínimo, igual ou maior, mas nunca inferior ao bem lesado, como costumeiramente ocorre. Outro problema, observou, diz respeito ao desalojamento não só de pessoas, como também de seus costumes e de suas histórias. Informou que a população que será afetada encaminhou ao Ministério Público várias cartas – que as tinha consigo –, algumas com depoimentos emocionantes –, narrando problemas, um dos quais é não saber para onde vai, e o drama é tamanho a ponto de fazer chorar. Noticiou que as lideranças procuraram os representantes do Ministério Público e lhes entregaram uma carta com essas informações e, igualmente, reclamando da falta de segurança e da perda de um verdadeiro nicho de reprodução de peixes e de aves migratórias – algumas delas oriundas dos Estados Unidos –, pois se trata do pantanal ou mini pantanal paulista, como alguns dizem. Argumentou que, a seu ver, trata-se de uma compensação complicada, por envolver, além dos problemas já referidos, a escada de peixes e a diminuição da pesca. Enfatizou que os peixes que sobem para desovar na época da piracema não voltam, porque as turbinas acaba esmagando-os, causando prejuízo para a atividade pesqueira que aí é desenvolvida. Declarou que, embora seja importante o aproveitamento energético das águas, não se pode diminuir a magnitude dos problemas que ele acarretará. Noticiou que, no dia anterior, por ocasião da audiência em São Pedro, talvez, por equívoco, foi afirmado que os ranchos não seriam retirados por se tratar de um direito adquirido. No entanto, observou, o artigo 5º do Código Florestal estabelece, que entre outras opções, o empreendedor – no caso o Departamento Hidrológico – tem, entre outras, a opção de desapropriar a área para reflorestá-la, motivo por que os ranchos deverão ser indenizados e retirados de onde se encontram. Referiu-se igualmente à outra afirmação feita durante a audiência que se desenvolvia, de que a qualidade das águas próximas ao reservatório terão a mesma qualidade daquelas do Reservatório de Barra Bonita, que, como se sabe, em decorrência do alto grau de eutrofização foi desconsiderado pelo Programa de Aproveitamento Hídrico do Plano Diretor de Aproveitamento Hídrico. Acrescentou que a solução para esse problema será realizar um tratamento de esgoto em nível regional. Outros problemas, observou, dizem respeito tanto ao ambiente lêntico – que faz com que a água demore trinta dias para percorrer o reservatório – como a remoção das florestas antes da inundação, o que não impedirá a formação de novas algas. Corre-se o risco, declarou, de essas



J



1314  
J

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

condições provocarem a diminuição das atividades turísticas, tal como ocorreu em Salto Grande. Argumentou que essa região lhe parecia incompatível com esse aproveitamento. Enfatizou a necessidade de se ficar atento a todos esses impactos ambientais para que se possa identificar relação custo-benefício. **Alexandra Facioli Martins**, Promotora de Justiça e representante do Ministério Público, especialmente do Grupo de Atuação Especial em Meio Ambiente em Piracicaba-PCJ-Piracicaba, declarou que o Ministério Público há muito tempo luta pelo direito de a sociedade civil exercer plenamente uma cidadania participativa, que inclui a cidadania ecológica, ou seja, participar não só da discussão sobre o cumprimento das condicionantes estabelecidas para o empreendimento de modo a torná-lo ambientalmente viável, como também do processo da análise mesma da viabilidade ambiental, em cumprimento ao que estabelece a Resolução CONAMA 01/86. Lembrou que uma das exigências da legislação diz respeito à análise, pelos órgãos ambientais, das alternativas tecnológicas e de localização, que passa pelo confronto da melhoria que o empreendimento trará para o meio ambiente com as condições que atualmente possui, sem sua implantação. Enfatizou que esse confronto, com certeza, indicará efetivamente se o funcionamento ou operação do empreendimento contribuirá ou não para melhorar das condições ambientais. Pontuou que o papel do Ministério Público é justamente assegurar que os requisitos da legislação sejam cumpridos e que as etapas legais sejam devidamente respeitadas. Observou que a apresentação feita contou só com os subsídios que se obteve da análise do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Meio Ambiente, e não de propostas concretas e efetivas, além do ramal ferroviário referido na apresentação. Enfatizou ser esse o aspecto que, aos olhos do Ministério Público, não foi dispensada a atenção devida e carece de maiores esclarecimentos. Referiu que, até o momento, não encontrou nenhuma referência aos custos. Outro aspecto a ser mais bem analisado, observou, é se os impactos ambientais foram ou não devidamente contemplados e dimensionados e quais medidas propostas para sua compensação e mitigação. Acrescentou que não se poderia deixar de considerar que o próprio estudo identificou, pelo menos, sessenta e sete impactos ambientais, grande parte deles de grande monta: cinquenta e sete decorrentes da implantação da barragem e de doze linhas de transmissão. Acrescentou que, considerando-se tão somente a barragem, serão provocados trinta e três impactos ambientais e vinte e quatro socioeconômicos. Argumentou que, como compensação, são propostos trinta e um programas ambientais, treze dos quais dizem respeito ao monitoramento, o que coloca a necessidade de o órgão ambiental, o Ministério Público e a sociedade civil analisarem se eles contemplam realmente as ações necessárias. Argumentou que não basta monitorar os impactos já identificados, mas identificar também se, a longo prazo, o empreendimento continua provocando novos danos. Reiterou ser preciso esclarecer, por exemplo, se, no caso do ramal ferroviário, é necessário, por exemplo, que ele possua quarenta e cinco quilômetros. Lembrou que, portanto, o que se analisa e discute não é um único empreendimento, mas, sim, um conjunto de empreendimentos que inevitavelmente alterarão não só a paisagem, como a logística da região, como consta do próprio projeto. Reiterou que não se poderia deixar de considerar, como o órgão tem feito reiteradamente em todas as ocasiões, se esse ramal ferroviário operará só em situações de saturação veicular das rodovias. Solicitou que se especificasse também quais são as vias da região cujo fluxo contará com mais de um milhão e setecentos caminhões transportando grãos. **Paulo Jorge Moraes Figueiredo**, representante do Instituto Brasileiro de Preservação Ambiental-PROAM, declarou ter exercido a função de membro do CONSEMA durante oito anos, e que, atualmente, era conselheiro titular do Conselho Nacional de Meio Ambiente-CONAMA, representando a região sudeste do país. Saudou o Secretário-Executivo do CONSEMA, e enfatizou que ele só aparecia em Piracicaba para trazer algum problema ou anunciar alguma ameaça. Declarou que, mais uma vez, estava diante de um empreendimento já rechaçado pela comunidade regional, no início da década de 90, e, com maior intensidade, em seus meados, particularmente em 1996, e que ele aparece sempre ao final do ano, em momentos pré-eleitorais, embora sua aparição sempre nas mesmas ocasiões ou períodos seja mera coincidência. Explicou que estava diante de um projeto proposto pelo Departamento Hidroviário da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo, e que será, ao final, analisado e homologado ou não por outra Secretaria de Estado, no caso a Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Reiterou que essa interdependência entre proponente e licenciador lhe parecia algo promíscuo. Lembrou que experiência similar ocorreu no Brasil na área nuclear, em que o mesmo órgão que fomentava a área também licenciava suas atividades. Enfatizou nunca ter imaginado que, em algum momento, se repetisse essa situação da área nuclear no âmbito dos empreendimentos do Estado, até mesmo em nome de sua lisura, pois é questionável que o proponente de um empreendimento seja julgado por uma Secretaria parceira desse proponente. Esclareceu que, com relação ao empreendimento propriamente dito, a leitura feita por amigos ambientalistas que militam na região de Piracicaba e na região sudeste do país é que se trata de um empreendimento surrealista, uma vez que promoverá tremendo impacto ambiental num rio que talvez seja o mais degradado do Estado de São Paulo e em uma região cuja qualidade do ar é péssima, em consequência do funcionamento em várias áreas com depósitos industriais clandestinas. Ao concluir comentou que se estava possibilitando com a implantação desse empreendimento alteração no que tem de melhor que ainda resta no Rio Piracicaba, ou seja, onde ainda teria alguma capacidade de depuração. Acrescentou que outro fator negativo é que existe ainda na região uma parcela significativa de efluentes que





1315  
/

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

não foram tratados, o que contribuirá para diminuir a velocidade do rio. Comentou terem sido brilhantes as intervenções que antecederam a sua, como, por exemplo; o comentário feito pela Promotora de Justiça e representante do Ministério Público, especialmente do Grupo de Atuação Especial em Meio Ambiente em Piracicaba-PCJ-Piracicaba, Alexandra Facioli Martins, sobre a falta de estrutura e transporte. Argumentou que o empreendimento fere frontalmente a Resolução CONAMA 001/86, a mais cara para os ambientalistas, cujo cumprimento exige que a alternativa de transporte apresentada no projeto seja cotejada com outras que, igualmente, devem ser formuladas e justificadas. Argumentou que tal não acontece com esse empreendimento, pois até mesmo a única alternativa por ele referida é precariamente analisada pelo Estudo de Impacto Ambiental. Enfatizou que, em comparação ao material que estudou há quinze anos sobre esse empreendimento, sem dúvida, a qualidade dos estudos melhorou muito, pois o material é bem melhor, porém não é isso que importa, mas, sim, o projeto em si mesmo, que, sem dúvida alguma, é muito ruim, além de permitir que se cometa mais um erro no que tange à utilização do Rio Piracicaba. **Lucano Monferrari**, representante do Centro de Estudos Ornitológicos – CEO, declarou que essa entidade se posicionava contrariamente à construção do empreendimento pelo caráter irreversível dos danos devastadores que causará, principalmente na área do Tanquã, reconhecido pelas aves migratórias – principalmente as aquáticas – que comparecem não só à região de Piracicaba como também ao Estado de São Paulo e a outros países. Esclareceu que, como se sabe, as aves migratórias vêm da América do Norte e pousam, repousam, descansam e se alimentam da formação pantanosa existente no Tanquã, sobretudo dos muitos peixes que aí são gerados. Informou ser o Brasil signatário da Convenção de Ramsar por meio do Decreto nº 1.905, de 16 de maio de 1996, que reconheceu a importância ecológica, econômica, cultural, científica e recreativa das áreas úmidas. Argumentou ser irreparável a perda desse *habitat* à qual se acrescentam outros impactos negativos que serão provocados sobre essa área, mais precisamente sobre os recursos que aí se encontram. Acrescentou que a Convenção de Ramsar reconheceu onze áreas úmidas, mas nenhuma delas se localiza no Estado de São Paulo, aspecto este que aumenta a importância do Tanquã. Informou também que, como instituição, o CEO vem desenvolvendo, desde 2011, um censo neotropical de aves aquáticas e esses estudos são levados para a Wetland Internacional e aí são consolidados. Reiterou a importância do Tanquã como área úmida do país, motivo por que reivindica seja elaborado levantamento de dados secundários sobre ele com o propósito de promover a adequação dos projetos de compensação ambiental com suas reais necessidades no que tange à proteção integral de seus recursos. Acrescentou que, em relação a compensações específicas para perda desse *habitat* devem ser levados em conta os danos que serão causados não só nas aves aquáticas como também naquelas cuja espécie encontra-se ameaçada de extinção. **Paulo Afonso Leme Machado**, membro do Diretório Central da Unimep, declarou que abordaria seis aspectos e que o primeiro dizia respeito à importância da audiência pública, como forma de controle social. Explicou que a razão principal de sua vinda era a crença no poder do povo, reconhecido pelo Artigo 1º da Constituição Federal, segundo o qual o povo é a base da democracia. O segundo aspecto, observou, relaciona-se com o projeto analisado, que não é indispensável do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social nem sustentável ecologicamente. Enfatizou que o projeto representa realmente uma ameaça sensível à diversidade ecológica da área de influência e, principalmente, no Tanquã, e que, quando se fala em ameaça sensível à diversidade ecológica, é preciso esclarecer que o Brasil assinou a Convenção da Diversidade Biológica em vigor no Brasil. Por estes motivos, observou, mesmo se houver incerteza, do ponto de vista da ciência, sobre a relação causal entre projeto e perda ou diminuição do ecossistema, deve-se invocar o princípio da precaução, qual seja, prevenir, caso haja dúvida, pois ela nunca é favorável ao projeto, mas, pelo contrário, ela impede sua implantação caso haja desconfiança de que ele afetará a diversidade biológica. Argumentou que o motivo pelo qual a Constituição prescreve que princípio da precaução seja invocado respalda-se na possibilidade de ele impedir que evitar que determinados danos efetivamente aconteçam. Ao final declarou que a população quer progresso e emprego, mas com saúde ambiental. Acrescentou ser esta a razão pela qual o projeto, a seu ver, não pode ser implantado. Declarou também que, como a CETESB e o Governo do Estado de São Paulo precisam do povo da região, eles não devem conceder licença para que ele seja implantado. **Adriana Claudino de Oliveira**, Primeira-Secretária da Associação dos Pescadores e Moradores do Bairro Tanquã e sua representante nessa audiência, declarou que os moradores do bairro querem obter respostas concretas e objetivas, entre outras: 1) a garantia com a qual a população irá contar após a construção da hidrovia; 2) se a barragem for construída, para onde a população será removida; 3) que tipo de impacto a construção da hidrovia promoverá; 4) se houver mortalidade de peixes, como a população proverá sua subsistência, até que eles novamente se reproduzam; 5) como e de que forma a população será remunerada; 6) se ela corresponder a um salário mínimo, que não é suficiente para a sobrevivência das famílias, como elas sobreviverão; 7) se o impacto ambiental que será promovido destruirá árvores, ilhas, lagoas, aves e várias outras espécies existentes; 8) se as margens do Rio Piracicaba oferecerão condições para a sobrevivência; e 9) se a população continuará a viver em meio de tanta beleza. **Malu Ribeiro**, representante da entidade S.O.S Mata Atlântica-SP, explicou que recebeu da entidade a responsabilidade de trazer uma mensagem sua, até mesmo porque,





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA

1316  
J

em nome dela, no início da atual gestão do Governador Geraldo Alckmin, se reivindicou que a tomada de decisões para obras complexas como esta que se analisa, e que foi rechaçada e repudiada pela sociedade e pelo próprio CONSEMA, incluísse os comitês das bacias hidrográficas, com o propósito de que a avaliação ambiental fosse integrada e estratégica. Contestou que uma hidrovia do porte e da envergadura dessa fosse avaliada do ponto de vista de sua viabilidade ambiental com base em um EIA/RIMA Frankenstein, na medida em que avalia pontualmente o impacto de uma única barragem. Protestou que se apreciasse um trecho do prolongamento da barragem no Tietê, de Anhembi a Salto, uma vez que o governador, ao navegar com ela e o SPTV pelo Rio Tietê monitorando a qualidade das águas, garantiu, de viva voz, que não havia condições ambientais para se implantar entre Salto e Anhembi PCHs ou barragens. Relatou o caminho até então percorrido no mês em curso e verificou que a qualidade das águas era péssima. Explicou que o oxigênio no Tanquã era 1.4 miligramas por litro e que os peixes estavam pulando em virtude da falta desse elemento vital. Informou que só nas margens havia vida aquática. Acrescentou não ser mais possível ouvir falar que, com a construção dessa hidrovia, a qualidade das águas melhorará – será a mesma do Reservatório de Barra Bonita –, e convidou todos os presentes a coletarem um litro de água nesse reservatório para verificar o quanto ele se encontra "eutrofizado", cheio de fósforo, nitrato e DBO, e que são essas as condições que passarão a ter as águas do Rio Piracicaba. Pontuou que uma das medidas a serem tomadas é não permitir que a avaliação da viabilidade ambiental de empreendimentos como esse se baseie em EIAs/RIMAs Frankenstein, mas, sim, no Plano Diretor de Águas. Reiterou que essas águas estavam sendo super-exploradas, tornando-se contaminadas e poluídas, e que as condicionantes ambientais estabelecidas, por sua vez, também eram fragmentadas e socializadas entre uma série de empreendedores. Enalteceu a importância do Ministério Público e do GAEMA para defender o que resta de qualidade de vida na região, e, concluindo repetiu o que já dissera outros manifestantes, qual seja, que o Tanquã fora instalado para compensar os impactos provocados pela Hidrovia Tietê-Paraná, e que, agora, com ele se pretendia cometer outro erro. **Antônio Cláudio Sturion Junior, representante do SODEMAP de Piracicaba**, inicialmente reiterou o posicionamento de manifestantes que o antecederam sobre a necessidade de se observar o princípio da precaução, e que, ele próprio, já havia identificado vinte impactos, os quais inevitavelmente serão provocados. Apontou para o risco de o solo ser contaminado por veículos e maquinários, pelas oficinas de manutenção, pelos tanques de armazenamento de combustíveis e, igualmente, pelas graxas e lubrificantes, e apontou também para a possibilidade de ser contaminado o Aquífero Guarani, que é o maior reservatório de água doce existente na região. Fez várias citações do RIMA, especialmente de trechos que se referiam às espécies animais, às quais a supressão das áreas de preservação permanentes provocará danos letais. Noticiou que os estudos ambientais afirmam que, com o enchimento do reservatório, muitas áreas de preservação permanente existentes ao longo do Rio Piracicaba serão suprimidas, e que o RIMA cita também que ocorrerá perda de *habitat* para a fauna. Informou que os grupos mais afetados serão aqueles que reúnem espécies dependentes de ambientes florestais, cada vez mais raros na paisagem atual, e que, além da ameaça de extinção de espécies que vivem nas áreas úmidas, alguns "tachos" também se tornarão ameaçados. Passou a citar uma série de dados constantes do EIA/RIMA, como o afugentamento da fauna silvestre, a supressão de importantes fragmentos de cobertura vegetal; incremento do ruído, que contribuirá para o afugentamento da fauna terrestre, e, em seguida, referiu-se a diversos tópicos do RIMA, entre os quais a tendência de redução da diversidade de espécies do zooplâncton. Ao final, observou que, na condição de agrônomo, não acreditava em programa de recomposição. **Eloah Margoni, representante da entidade Amigos do Museu Prudente de Moraes**, elencou alguns pontos do EIA/RIMA que considerava uma autocondenação, mas não por culpa dos profissionais que o elaboraram, pois eles se esforçaram muito, mas, sim, da enorme dificuldade de defender algo que é indefensável. Apontou para algumas falhas dos estudos, entre outras, a falta de especificações dos modais de transporte e não terem sido analisadas outras alternativas de traçado, o que implica que se deposite uma confiança imensurável que nos profissionais que as analisaram e as descartaram. Citou o artigo 225 da Constituição Federal que prescreve que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial para a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". Reportou-se ao Aquífero Guarani, que, afirmou, é o maior reservatório de água doce do mundo e cujas águas poderão ser afetadas pelas áreas que se localizam próximo do reservatório e na área de recarga e afloramento do aquífero. Questionou como se monitoraria essa contaminação, como ela poderia ser revertida, e que ninguém seria responsável por ela. Voltou a tecer considerações sobre o princípio da precaução, que se trata de declaração feita no contexto da Conferência Rio-92, definido como garantia contra riscos potenciais, ou seja, daqueles que, de acordo com o estado atual de conhecimento, não podem ainda ser identificados. Ao concluir assegurou que, nessa audiência, viu apenas serem feitas um monte de promessas, de comprometimento com algumas coisas que deverão ser feitas, mas cuja execução, talvez, seja impossível. **Antonio Carlos Danelon, representante da entidade Amigos da Lagoa de Piracicaba**, comentou que essa reunião constituía uma responsabilidade histórica, e entendia que não interessava defender pontos de vista ou projetos, mas, sim, o que era melhor para a população. Nessa



5  
N



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

1317  
A

perspectiva, observou, tudo tinha de ser ouvido e levado em consideração. Acrescentou, também, que não se estava em uma espécie de praça de guerra para saber quem tem e quem não tem razão, motivo por que tudo tinha de ser levado em consideração. Declarou ter comparecido na condição de assistente social e que não entendia por que tanta pressa em aprovar um projeto muito antigo do qual já se falava na época da Ditadura. O importante, observou, é conversar com a população, com os moradores do Tanquã, que mantiveram aquele lugar limpo e viável, e que acabou se tornando um estorvo. Asseverou que a barragem será construída pelos nordestinos, além dos mineiros e maranhenses, e, a seguir, teceu uma série de considerações sobre a distribuição da riqueza no Brasil, a diferença entre os ricos e pobres e o desenvolvimento propiciado pelo Projeto Bolsa Família. **Benedito Augusto de Moura, representante da Gazeta Regional de Piracicaba**, declarou inicialmente que acompanhava esse projeto há quarenta anos e que era favorável à sua construção. Comentou, em seguida, que, quando se analisa um empreendimento, o critério a ser adotado é “benefícios contra malefícios”. Passou a apresentar sua teoria, de acordo com a qual o que vence tem de ser feito. Argumentou que qualidade de vida não se faz com conversa, mas, sim, gerando emprego, verba, receita, e que se sabe muito bem que não há nenhuma medida, em qualquer lugar do mundo, que só gere vantagens sem apresentar qualquer desvantagem. Por conseguinte, observou, a Barragem de Santa Maria da Serra merece ser construída, porque as vantagens que sua implantação propiciará são muito maiores que os prejuízos que, se supõe, seu funcionamento provocará. Acrescentou que, atualmente, dos moradores do Tanquã apenas quinze ou vinte famílias dependem da pesca, pois a maioria depende do lote de rancho. Reiterou que era favorável à construção da barragem, pois ela representará para a região um rio de negócios e, por conseguinte, progresso para região. Além disso, observou, tanto São Pedro como Santa Maria e Águas de São Pedro precisam de emprego, e essa barragem se apresenta como a única solução. O importante, argumentou, é construí-la de forma correta. Reiterou que a hidrovia é importantíssima para a região, da mesma forma que a ferrovia, motivo por que deve ser feito um ramal desde Piracicaba até o Taquaral. O **Secretário-Executivo** informou que, como o Vereador **José Antonio Fernandes Paiva** informou que a Câmara de Vereadores de Piracicaba realiza, hoje, sua última reunião ordinária de 2013, solicitava-lhe fosse concedido manifestar-se em etapa anterior àquela destinada aos representantes do Poder Legislativo. Acrescentou ainda que, como a norma da audiência pública estabelece que, se algum representante do Poder Legislativo ou do Poder Executivo alegar razão suficiente pela qual tenha de se retirar, a ordem de sua inscrição pode ser alterada, de modo que possa manifestar-se antes da etapa destinada aos representantes Poder Legislativo. **José Antonio Fernandes Paiva, Vereador pelo Município de Piracicaba**, declarou inicialmente que as manifestações do Ministério Público e do Professor Paulo o fizeram pensar sobre o papel de cada um na construção de uma sociedade sustentável, justa e igualitária, onde o desenvolvimento econômico não atropela o desenvolvimento social, a inclusão social e a sustentabilidade. Coincidentemente, argumentou, essa audiência pública se realiza em um dia como hoje, para o qual estão agendadas reuniões ordinárias e, provavelmente, extraordinárias da Câmara de Vereadores. Declarou também que, como reconheceram os articuladores do SOS Nova Piracicaba, não há dúvida de que a situação piorará, se houver assoreamento em Artemis, o que será feito, irreversivelmente, de cinco em cinco anos. Argumentou que, por esse motivo, tem dúvidas em relação a esse empreendimento. Acrescentou que, como representante dos trabalhadores, pois é presidente do Sindicato dos Bancários, se combatia, hoje, a luta por adicional de insalubridade, que se trata de uma medida mitigadora para um ambiente insalubre. Argumentou que, quando se tem dúvidas em relação a um empreendimento, em virtude dos riscos que ele possa vir a apresentar, não se deve implantá-lo. Acrescentou que a cidade de Piracicaba vivenciou, em 2013, um dos piores anos da sua história, com reflexos na segurança, na mobilidade urbana e na saúde e com incertezas do ponto de vista do desenvolvimento social. Referiu-se à crise de inclusão social pela qual o município passa, pois a elite dominante da macrorregião vive quebrando os ovos, mas não quebra os ovos de ouro, mas, sim, os dos pobres, daqueles que mais precisam. Argumentou que ele e o Vereador Chico Meira não podiam vacilar neste momento, mas, sim, acrescentou, acelerar o processo de mobilização e mostrar quem estava querendo acabar com o Rio Piracicaba, quem estava querendo fazer da reserva compensatória do Tanquã mais um motivo de sepultar esperanças e vidas. Referiu-se aos trabalhadores que morreram na obra do anel viário e ao índice de acidente de trabalho que, em Piracicaba, vinha-se agravando – um acidente de trabalho por hora, consequência do desenvolvimento desordenado, sem plano diretor, que acelera o processo da construção civil, mas não estabelece um controle rigoroso para a segurança dos trabalhadores. Informou que entendia as palavras proferidas pelo Professor Paulo no seguinte sentido: “Estou com 74 anos de vida, é, você, com 54; pega os subsídios que tenho e vá à luta e não a deixe esmorecer”. E, concluiu, reiterando ser esse o compromisso de seu mandato. **Juan Antonio Moreno Sebastianes, representante da entidade Amapira Piracicaba**, declarou que defendia a intermodalidade, entendendo que o transporte hidroviário realmente tem que aumentar bastante no Brasil, e, também, o ferroviário, que, por irresponsabilidade de políticos, regrediu. Declarou também que a região dispunha, além do transporte ferroviário, do transporte rodoviário para distâncias menores e o transporte por dutos. Entretanto, observou, embora o mini pantanal do Bairro Tanquã seja um importante berçário para peixes, aves, répteis,





1318  
L

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

mamíferos, entre outras espécies mais conhecidas, ele será destruído pela Barragem de Santa Maria da Serra, caso venha a ser implantada, e isso dará lugar a uma considerável redução da quantidade e da diversidade de espécies da fauna e da flora locais. Em face de tal possibilidade, perguntava se os homens tinham ou não o direito de destruí-lo, principalmente levando-se em conta que ele atrai turismo, pois conta com jacarés do papo amarelo, tuiuiús, cabeça-seca, entre muitas outras espécies raras, como garças, patos, mamíferos. Considerando também que Piracicaba possui uma Agenda 21 construída por muitos dos que aqui compareceram, é preciso levar em conta que ela contempla o Projeto Beira Rio, que considera Tanquã importante pólo de incentivo ao ecoturismo, pois conta com pequenos investimentos públicos e privados, bem disciplinados. Acrescentou que se reconhece que esse potencial pode gerar, sem dúvida, importante fonte de renda. Considerando também que em Piracicaba existem várias áreas margeando o rio que precisam de ações para eliminar e reduzir as inundações periódicas, que, se essa barragem for construída, inquestionavelmente aumentarão as inundações a montante. E, por último, considerando que o projeto da intermodalidade do transporte está sendo apresentado de maneira fatiada, pois não contempla o projeto que está sendo analisando nem tampouco o portuário e a ferrovia, solicita-se que as seguintes indagações sejam respondidas: 1ª: quem garante que será aprovada e construída a ferrovia; 2ª: como se poderá concluir que o desconhecido projeto global da intermodalidade de transporte mais a pequena hidrelétrica possibilitada pela barragem trarão mais vantagens do que desvantagens; 3ª: será que esses projetos não podem ser melhores do ponto de vista econômico, ambiental e social. Argumentou que, para se evitar pedir perdão aos filhos pela destruição desse verdadeiro santuário ecológico existente no Tanquã, e ainda agravar as inundações de vários bairros, inclusive da estação de tratamento de esgoto, que foi construída recentemente próxima a fonte do caixão, todos deveriam se alimentar da máxima proferida segundo a qual, realmente, "viver é preciso", mas, também, ampliar seu sentido transformando-a na seguinte: "Viver com qualidade é preciso", e, para tanto não basta ter emprego, mas, sim, ar e água com qualidade e condições de fazer-lazer. Acrescentou que, se a gente tem respeito pela natureza, ela nos respeitará. **Antonio José Miotto, representante da Associação Comercial de Piracicaba**, declarou que reconhecia a magnitude do projeto hidroviário e o que sua entidade espera, em primeiro lugar, é que seja implantado dentro da legalidade e que tenha sempre respeito pelo meio ambiente e o preserve. Reconheceu a importância da discussão que estava sendo travada, com os prós e os contras, levando em consideração o respeito pelas pessoas que estão mais próximas, que é a coletividade. Referiu-se ao potencial econômico de Piracicaba, e declarou que, com certeza, o modal rodoviário já se encontra um tanto quanto saturado, além da poluição que promove. Reiterou que sua associação defendia a implantação desse modal hidroviário na região. **Tarcisio Ângelo Mascarin, representante do Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba**, comentou inicialmente que 80% do transporte feito no Brasil é através de rodovias, e entendia que esse perfil precisa ser alterado para que se possa adquirir produtos mais baratos, e isso a utilização do transporte hidroviário torna possível, como se comprova com o preço da soja: a que sai do Mato Grosso é a mais barata e a que chega no Porto, a mais cara. Argumentou que, para Piracicaba, a barragem que está sendo projetada para Santa Maria da Serra é uma das alternativas para alterar o valor do frete e, conseqüentemente, das mercadorias. Declarou que representava as empresas cujo maior custo é o transporte, e ser esta uma das razões pelas quais a implantação de uma ferrovia ligando Piracicaba a Nova Odessa será muito bom tanto para as empresas como para Piracicaba. Por esse motivo conclamava a todos da equipe do meio ambiente a participarem da campanha contra o uso de gasolina e do diesel, por serem os maiores poluidores da atmosfera, deixando morrer o etanol. **Álvaro França, Secretário de Comunicação do Pira 21**, explicou que se trata de entidade que realiza um trabalho voluntário desde 1999, e passou a oferecer um breve relato sobre as condições do Rio Piracicaba à época que veio morar no Município, vindo de São Paulo. Referiu que os responsáveis por essas condições era toda a comunidade e reconhecer esta realidade o levou a se engajar no Movimento Pira 21, a escutar a população, a ouvir suas demandas e a buscar, junto ao Poder Público, soluções. Referiu que a população sempre esteve distraída com o futebol ou envolvida com os churrasquinhos aos fins de semana na beira do rio, poluindo-o e desrespeitando a piracema e, conseqüentemente, o meio ambiente. Argumentou que muitas pessoas na audiência reconheceram que é preciso gerar emprego e renda e que, também, é necessário o desenvolvimento sustentável. No entanto, observou, o caminho para o desenvolvimento sustentável, embora seja a solução, não está dado, pois não se trata de um projeto pronto, mas, sim, escrito a diversas mãos. Declarou acreditar que o turismo deva ser desenvolvido na região como também a indústria do conhecimento, porque se trata de atividades limpas. Pontuou que Piracicaba não pode mais crescer, porque, se isso acontecer, ela, que já se encontra degradada, perderá a governabilidade, o que impedirá o Poder Público de cumprir as metas. Enfatizou que, caso se pretenda viver em uma cidade melhor, se deve aproveitar o ensejo desse projeto e pensar o que fazer para diminuir seus custos. Enfatizou que a juventude deveria usar sua força para colaborar com os Poderes Públicos. **Álvaro França** teceu comentários também sobre a situação em que se encontra a Rodovia dos Bandeirantes – uma estrada com vinte pistas –, sem condições de atender a demanda. Enfatizou que o Brasil está-se encaminhando para a matriz do Pré-Sal, embora possua a indústria verde, que é a indústria do etanol,





1319  
L

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

pois ninguém se mobiliza para incentivá-la. Enfatizou que o Pira 21 está aberto a todos e, inclusive, possui um programa de rádio para discutir todas as questões e que seus microfones estão abertos para todos. **Renato Morgado, representante da IMAFLORA de Piracicaba**, inicialmente informou que seria pequena sua intervenção, porque vários argumentos que apresentaria aqui já foram utilizados, até com maior contundência, do que a que teria. Referiu que a questão do direito à informação e do direito à participação, não só são previstos na Constituição brasileira, como se fazem presentes na legislação ambiental, pois orientam as discussões e a tomada de decisão. Argumentou que, embora se diga que esse projeto circula pelo Município há quinze anos, é necessário saber que foi com esse EIA/RIMA que se inaugurou de fato o debate, que o retirou do limbo no qual se encontrava há quinze anos. Essa sua nova versão, observou, é mais objetiva, principalmente no que diz respeito aos impactos socioambientais previstos e às medidas de mitigação, uma vez que foram formuladas já na perspectiva do acesso à informação e à participação. Uma das leituras feitas por ocasião da apresentação realçou que 60% dos impactos são baixos ou médios, e outra leitura feita é que 40% são altos ou muito altos. Declarou que se alinhava ao Ministério Público no sentido de não possuir ainda um posicionamento fechado em relação ao empreendimento, ou seja, ainda não se ter posicionado nem contrária nem favoravelmente, porque ainda se busca entender algumas questões. Esclareceu que, por certo, o acesso à informação provoca certo prejuízo na medida em que se discute apenas parte do projeto, pois a sociedade não tem condições de avaliar o todo, uma vez que só parte da informação tornou-se disponível. Fez críticas ao pequeno prazo ofertado pelo CONSEMA para que a sociedade ainda possa contribuir, após a realização das cinco audiências, se assim julgar necessário metabolizar os estudos. Ao todo, observou, foram só três meses para decidir sobre um tema que é extremamente complexo, do qual só se vê pequena parte. Esse é um ponto, observou, bastante sensível para a Emaflora e seus vários parceiros. Ao final observou que esperava que o Ministério Público, que já é parceiro da entidade, se debruçasse sobre todos esses aspectos do empreendimento. **Egídio Mauro Filho, representante da Associação de Moradores de Artemis** declarou ter ouvido o representante do Departamento Hidroviário afirmar que será elaborado um EIA/RIMA para o Terminal de Cargas de Artemis num futuro próximo – ou, talvez, que ele já está sendo licitado –, e que, por isso, aproveitava a oportunidade para esclarecer que Artemis não é Artemis. Artemis é Porto João Alfredo e sempre foi porto. Muitos dos senhores não conhecem a história de Artemis. Lembrou que ela já foi navegável e que por ela circulavam vapores que traziam cargas para o Médio Tietê. Portanto, observou, não se faz necessário nenhum conhecimento científico nenhuma tecnologia, uma vez que a vocação de Artemis é essa, tal como demonstra sua história. Referiu que à época da antiga Sorocabana já funcionava um intermodal de cargas em Artemis, que nada mais é senão elevar o calado médio de três metros. Artemis já foi porto, já foi um terminal de carga intermodal, que transportava todo o minério do Sistema Tietê e do Médio Tietê; Acrescentou que a (ilegível) que existia na antiga Sorocabana transportava todo o material para Santos, e vice-versa, o que vinha de Santos para o Médio Goiano, para o Médio Tietê, para o Estado de Goiás, e descia nas embarcações. Explicou ser ele tocado a vapor, vapor tocado à lenha, e que hoje nada mais é do que mudar aquela escala para uma escala bem maior. Declarou ser favorável, sim, a implantação dessa hidrovía pelo que está sendo aqui discutido, e que não via motivos para fugir dessa realidade. **André Blanco, representante do Instituto Ambiental Total de Piracicaba**, noticiou que o instituto é uma entidade que surgiu na década de 80 em Campinas, justamente para propor medidas de compensação e desenvolver trabalhos para reverter o processo de degradação que já existia na região. Observou que a cidade cresceu de forma equivocada e que, de lá para cá, o Instituto vem desenvolvendo projetos para programas como o que propunha o desenvolvimento comunitário para reverter os danos causados pelos empreendimentos. O Instituto trabalha, também, com o Programa de Aceleração do Crescimento–PAC, com ações do Projeto Técnico Social–PTC, com o propósito justamente de mitigar e compensar as obras de infraestrutura que estão sendo implantadas. Referiu que ainda se fazem necessários bons projetos de planejamento integrado, do qual não só a população como a sociedade civil possam participar, como também todos os demais atores públicos. Referiu-se ao desenvolvimento comunitário, que é uma das exigências das obras do PAC, e às suas diversas etapas, que também envolvem a população do entorno, o projeto da obra, a gestão e o trabalho técnico-social. No entanto, observou, quando ele vai para o Executivo muda-se tudo e os impactos que não foram analisados começam a aparecer. Concomitante surgem também os problemas decorrentes da readequação, e, posterior, em fase subsequente, quando se olha para o projeto, não se vê, não se consegue enxergar, sua adequação com os problemas e com os impactos. Referiu que a leitura do Instituto aponta para a necessidade de um projeto mais qualifica, que enxergue o todo. Argumentou que, se for realmente necessário e equalizado todos estes fatores, o Instituto a questão intermodal, mas de uma maneira adequada e apropriada. **Silvia Regina Gobbo**, vinculado ao Centro Acadêmico da Unicamp campus de Piracicaba, saudou todos os estudantes presentes, e declarou ser ela quem desperta nos alunos a consciência ambiental e em despertar o interesse em estudar e preservar o meio ambiente, quando é possível. Informou que os alunos, depois de consultar todos os documentos, chegaram ao consenso de fazer uma exposição contrária à construção da barragem, por diversos motivos. Elencou os aspectos mais importantes que serão abordados nessa exposição, entre elas o monitoramento, que não pode



8



1320  
A

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

ser contabilizado como compensação de impactos, mas obrigação; as espécies da mastofauna em extinção; a preservação da mata ciliar para garantir a viabilidade, evitando o assoreamento do empreendimento; a preservação do Tanquã, importante para ecoturismo, e a educação ambiental, que no EIA/RIMA é abordada apenas seis "miseráveis" linhas para uma cidade que é sempre muito elogiada pela ênfase que dá a essa questão. **Enéas Xavier de Oliveira, representante do Instituto AIMARA de Piracicaba**, declarou que, além de Presidente do Instituto Aimara, participava de outras associações que lutam pela democracia participativa e pela defesa do meio ambiente no município. Referiu que cabe à população fiscalizar empreendimentos efetivamente lesivos ao meio ambiente e que o Estado tem de ser fiscalizado pela população. Declarou que se tinha de lutar pelo controle social e que muitos problemas ambientais se devem ao fato de o Estado preferir investir bilhões em barragens e estádios de futebol, em vez de investir em escolas. Manifestou seu contentamento por participar da audiência e sua tristeza por ter chegado atrasado; o que se deve ao fato de a audiência ser realizada em horário comercial, o que dificulta a participação da sociedade. Sua questão, observou, diz respeito aos moradores do Tanquã, que será deslocada e, mesmo assim, não foi ouvida pelos empreendedores que estão definindo o seu futuro. Comentou que os únicos beneficiados com a implantação do empreendimento será meia dúzia de construtoras e alguns agentes da especulação imobiliária, que vai faturar alto com a malha urbana que se estenderá até Tanquã. Basta ouvir as promessas feitas pela Hyundai quando se instalou em Piracicaba: quatro mil vagas de emprego indireto. Noticiou que, nos meses seguintes, vinte mil pessoas se transferiram para Piracicaba, e aconteceu o mesmo que ocorreu em Belo Monte e em Altamira, isto é, sua população foi duplicada. Observou que, no que tange ao acesso ao EIA/RIMA, ele foi tornado disponível, no sítio eletrônico do CONSEMA nesse curto período de tempo, mas que, há dez dias, vem tentando fazer o *download* desse documento, e não consegue. Referiu que poucos sabem que nessa região há vestígios de ocupação humana que datam de mais de quatro mil anos, os quais, com certeza, serão eliminados de sua história. Alertou os presentes sobre as promessas feitas que relacionavam os estádios com a vinda de grandes empreendimentos, o que efetivamente não aconteceu. Passou-se à etapa em que os cidadãos se manifestam em seu próprio nome. **Ricardo Faria** declarou que percebia grande polarização entre os participantes que se posicionavam favorável e contrariamente à aprovação do empreendimento e, também, o propósito de se diminuir a importância do consórcio responsável pela elaboração dos estudos ambientais que é composto por especialistas conceituados nos diferentes ramos do conhecimento e que fizeram levantamentos bem detalhados na região sobre esse empreendimento. Acrescentou que, se no passado foram necessários vinte anos de trabalho para chegar ao estágio que se alcançou, não se pode pretender que a implantação do projeto se dê de uma hora para outra. Argumentou que na área que será alagada nunca foi plantada mata ciliar, mas somente cana e pasto, porque não foi plantado esse tipo de vegetação na região. **André Leonardo Quiles** declarou que não considerava adequado o Estado apreciar aprovar e fiscalizar um projeto de seu interesse, e que, a seu ver, a fiscalização poderia ser executada, no caso do projeto que se discute, por um ente federal, por exemplo, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Relatou que existiam na região, à época em que era estudante, animais que não mais existem e que se perguntava se o Governo estava mendigando, não dispensando os cuidados necessários aos animais nem tampouco em uma ferrovia. **Roberto Braga** declarou ser professor na Universidade Estadual Paulista – UNESP e que compunha a equipe que estava colaborando com as entidades da sociedade civil, inclusive com o Grupo de Atuação Especializada no Meio Ambiente – GAEMA, na análise do Estudo de Impacto Ambiental – EIA do empreendimento. Enfatizou que sua implantação e funcionamento causarão impactos gravíssimos e, em sua maior parte, irreversíveis, motivo por que questiona o prazo extremamente curto destinado à sua discussão pela sociedade. Argumentou que se preocupava com a incompletude do Estudo de Impacto Ambiental, ao não contemplar a influência do remanso do reservatório no agravamento das enchentes na cidade de Piracicaba. Por esses motivos, concluiu, solicitava fortemente que fosse prorrogado o prazo para a análise desse documento a bem da transparência e do controle social do processo. **Luiz Fagundes** declarou que, nos anos sessenta, foi frequentador assíduo da região de Artemis, trecho do Rio Piracicaba, que nadou incontáveis vezes em suas águas, o que o levou a conhecê-lo muito bem, inclusive a devastação que foi nele realizada em 1960, quando construíram a Barragem de Barra Bonita. Relatou que, nesse momento, atearam fogo na mata existente em seu entorno e mataram todos os animais. Argumentou ainda que ninguém pensou em preservar o que ali existia e que foi-se constituindo o Tanquã, que é atualmente o minipantanal paulista. Perguntou, em seguida, se será utilizada a técnica existente para promover o remanejamento desses animais, uma vez que o ser humano consegue fazer milagres. **Carlos Roberto Rodrigues** declarou que era engenheiro agrônomo e que, há cerca de vinte anos, trabalhava com sustentabilidade na área de reflorestamento. Declarou também que era cidadão piracicabano e curti o Rio Piracicaba desde seus cinco anos. Declarou ainda ter percebido muito pessimismo em algumas críticas feitas, mas entendia que o otimismo movia as coisas e que se configurava uma atitude pessimista ficar olhando para trás. Acrescentou que tinha preocupação com o meio ambiente, mas apostava que, com as inovações tecnológicas protagonizadas pelas pesquisas, havia aumentado a capacidade das grandes empresas, qualquer que seja sua especialidade.





1321  
/

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Chamou atenção para a necessidade de a população de Piracicaba ser solidária com as das outras cidades da região, como Itirapina, Santa Maria da Serra, São Pedro, Águas de São Pedro e Anhembi, que se encontram estagnadas. Propôs um diálogo com consenso e equilíbrio, porque, se por um lado é necessária a qualidade de vida, por outro lado, também é necessária a geração de emprego. **Rafael Lacerda** comentou inicialmente que o projeto da Barragem de Santa Maria da Serra vem sendo discutido em Piracicaba há muitas décadas, uma vez que sua implantação está longe de obter consenso, como se vem mostrando no decorrer dessa audiência, que conta com expressiva participação popular, mas não com a dos representantes do Poder Público cujos lugares na plateia que lhes foram reservados permanecem vazios. Observou que os impactos que serão provocados por essa obra serão muito elevados do ponto de vista ambiental e social, principalmente com a perda completa de ecossistemas quando for inundada a área do Tanquã, considerado pantanal paulista, onde habitam centenas de espécies, inclusive algumas ameaçadas de extinção. A redução da velocidade da vazão da água, observou, é outro ponto que preocupa, por ser provocada pelo assoreamento do rio. Outra questão para a qual igualmente chama a atenção é a inexistência de obras de infraestrutura em Piracicaba, que a torne adequada para lidar com as consequências causadas pela implantação e funcionamento da obra na região, como, por exemplo, aquela resultante do desenvolvimento do modal rodoviário, cuja característica é transportar mercadoria industrializada, ocasionando, assim, um tipo de desenvolvimento que gera emprego de qualidade. **Marcela Teixeira** declarou ser presidente do Centro Acadêmico de Biologia da Universidade Metodista de Piracicaba-UNIMEP e esclareceu que o primeiro ponto que pretendia abordar dizia respeito ao assoreamento à montante, que, garante, a cada cinco anos, deverá ser dragado em dois pontos. Acrescentou que, para aqueles que entendem, a dragagem, por si só, constitui um impacto ambiental enorme, na medida em que levanta sedimentos e metais pesados que se juntam com a poluição que jaz no fundo do rio, sem falar da população bentônica que vive nesse substrato. Além desses impactos, observou, pode ocorrer a eutrofização, que diminui a quantidade de oxigênio na água, e isso impossibilita o desenvolvimento da maioria dos indivíduos que aí vivem. O segundo ponto que pretendia abordar diz respeito à preocupação dos pescadores, e de suas famílias, no que se refere às tilápias cuja solução proposta para minorá-la seria implantá-las no rio, ajudando, assim, os pescadores. Pontuou que, em hipótese alguma, esse procedimento resolveria o problema, por ser a tilápia uma espécie generalista que acaba consumindo tudo de todos. Teceu comentários sobre a postura da comunidade dos pescadores com relação à biodiversidade, que reconhecem como muito importante, motivo por que lamentam a retirada de muitas espécies do Tanquã, das quais vinte e seis encontram-se ameaçadas de extinção, como o jacaré do papo amarelo, que havia sido banidos inicialmente com o enchimento do Tanquã, aos poucos foi retornando e, finalmente, conseguiu estabelecer seu território que, mais uma vez, irão perder. **Lucas Longo** declarou que se obriga, enquanto cidadão, biólogo e especialista de manejo dos recursos florestais, a comparecer às audiências. Esclareceu que o diagnóstico realizado sobre o meio biótico agradou muito, no entanto, ainda possui uma lacuna significativa, porque diz respeito à mitigação e à compensação que será feita. Explicou não ser contrário nem à intermodalidade hidroviária nem à ferroviária nem à rodoviária e, tampouco, à ciclovias, mas, sim, a um projeto que leva em conta apenas - unilateralmente - o ponto de vista econômico, deixando de lado seu aspecto social, urbanístico e ambiental. Explicou que nesse processo vem sendo envolvida uma região que possui um histórico de ocupação e registros de cultura popular, inclusive da cultura tradicional da pesca. Observou que a área onde será implantado o empreendimento deveria ser protegida e conservada de acordo com a Convenção de Ramsar, que o Brasil assinou em 1993. Lembrou que, em 2000, Piracicaba demonstrou interesse em criar um novo roteiro para a cidade de Piracicaba, um roteiro turístico, que é o roteiro da observação de aves. Noticiou que participou da criação de cinco roteiros, entre os quais o mais famoso era denominado de Pantanal de Piracicaba, o Tanquã, cujas espécies migratórias, que dependem daquele ambiente específico, com certeza não se ajustarão ao Canal da Samambaia, que será apenas um recinto de aves migratórias e de aves aquáticas. Declarou ser sua intenção destacar a importância de se adotar medidas mitigadoras e compensatórias de um projeto tão importante como esse. **Eduardo Roberto Alexandrino** declarou que sua formação era em biologia, cursando doutorado na Escola de Agronomia "Luiz de Queiroz", e que era um dos autores que indicam o Tanquã como uma das áreas prioritárias para a prática do turismo de observação de aves. Declarou que, antes de mais nada, trabalhava com aves justamente em áreas que sofreram significativa intervenção antrópica, e que analisando todo EIA/RIMA que, no Estado de São Paulo, faz o diagnóstico das aves do Tanquã. Pontuou que, no que tange à viabilidade ambiental do empreendimento, o principal problema é se ter deixado de lado um importante parâmetro, que é a parte da fauna. Argumentou que gostou dos estudos e não era contrário à implantação do empreendimento, no entanto, apenas propor medidas mitigação no EIA consta que não era suficiente. Observou que, a seu ver, não era uma boa resposta, Teceu uma série de comentários sobre cada um dos vinte e um programas propostos para as etapas de concessão das licenças prévia, de instalação e de operação; sobre as quatorze espécies existentes no Tanquã que eram ameaçadas de extinção; sobre a necessidade de se estabelecer uma condicionante, caso a barragem siga em frente, exigindo a elaboração de um estudo minucioso a ser feito não em quatro meses, mas em um ano, tempo este que ainda considera pouco. **Vania**





1322  
A

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Helena Bagatini** declarou ser moradora do Bairro Nova Piracicaba, desde 1981, quando chegou em Piracicaba vinda de São Paulo. Ofereceu um relato sobre sua chegada, quando escolheu um imóvel no Loteamento Nova Piracicaba e o adquiriu legalmente, pagando tudo, inclusive o IPTU. Relatou que o imóvel escolhido se localizava no centro da cidade, num bairro estritamente residencial, o que dava a certeza de que no local não haveria nem pontos comerciais nem bares ou qualquer atividade de lazer que prejudicasse o sossego dos moradores – tampouco construções de vários andares. Enfatizou que estavam certos de que tudo seria mantido dessa maneira e, portanto, que todos os problemas estariam resolvidos. Porém, observou, inúmeros problemas foram enfrentados, desde enchentes até a abertura de pontos comerciais que acabaram trazendo para o bairro uma população que lá não residia, o que gerou certo desconforto, principalmente com o aumento de furtos. Enfatizou que, acompanhando a apresentação do desenvolvimento do EIA/RIMA, voltou no tempo, precisamente aos seus 9 anos quando estudava em uma escola que formava professores e que se localizava na Praça da República. Relatou que, quando a professora dizia que as folhas das árvores eram verdes, ela olhava para fora e vias as folhas das árvores da Praça da República pretas e feias. Declarou que situação semelhante ela vivenciava naquele momento, quando se falava de algo que ela tinha de engolir, o que fazia com que se sentisse meio lesada, principalmente nestse caso em que o interesse de alguns setores da sociedade são satisfeitos em prejuízo do bem coletivo. Comentou que as enchentes eram cada vez mais freqüentes em Piracicaba e atingiam sua área urbana. Argumentou que, com a construção da barragem, a velocidade dá água diminuiria, o que colaboraria para aumentar o assoreamento do rio, aspectos estes negativos, levando-a a questionar como ficariam as enchentes, aspectos esses agravantes de enchentes. Ao concluir afirmou que, com a experiência, passamos a saber que no começo tudo funciona, mas, com o passar do tempo, precisamos até ir aos psicólogos para aceitar que chova, pois o trauma é tamanho que nem queremos mais que ela aconteça. **Valdir Prati** declarou que era médico e que residia em Piracicaba há 22 anos, mas que crescera em Santa Maria da Serra. Relatou que veio para essa cidade nos anos 1964/1965, para cursar o científico e que, depois, foi para Ribeirão Preto cursar medicina. Relatou que voltou para sua terra de origem onde foi o primeiro médico que, regularmente, durante vinte e dois anos, atendeu regularmente na cidade. Durante essa permanência, acrescentou, tomou contato com o Tanquã e se apaixonou por ele e ai vivia há muito anos. Conhecia-o muito bem, e, por isso, podia dizer que era lamentável o que foi feito com os ribeirinhos, que passaram a ser tratados como objetos, como também seus moradores, que serão removidos, realocados em caminhões e transportados 300 metros para cima, embora estejam felizes em Tanquã. Acrescentou que, para comprovar o que afirmava, bastava assistir a reportagem que o DCE da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMED fez da viagem realizada no dia anterior com os moradores. Eles não necessitam que o lugar seja modificado e não adianta acenar para eles com indenizações. Declarou que participou no dia anterior da audiência em São Pedro – porque se considerava são-pedrense – e que era contrário à implantação desse projeto porque ele destruiria essa natureza e eu não preciso mais reafirmar tudo isso. Comentou que pouco se falou da Reserva do Barreiro Rico, que é extremamente importante. Ao concluir propôs que 670 milhões sejam destinados à recuperação das áreas de preservação permanente que se encontram destruídas. E concluiu com a seguinte frase: “Navegar é preciso. Mas navegar pelo Tanquã. Como ele é hoje!” **Eliyezer Barreto Cesar** declarou que se alegrava de participar de um encontro como esse, em que a experiência da cidadania é visível. Relatou sua vida profissional antes do Golpe Militar e a esperança que tem no Poder Público, ao reconhecer que ele está evoluindo. Declarou que os promotores públicos atualmente são vigilantes, ajudam a população a enfrentar más administrações ou desorganizações por processos comprometidos por entidades públicas. Argumentou que se tem de avançar também na questão multimodal, para não se ter de optar ou por estrada, ou por rodovia, por trem ou hidrovia, porque tudo é fundamental. Daqui a pouco, observou, se deverá chorar, se não se tiver resolvido essas questões da mobilidade nacional, não só para transporte de mercadoria, embora, como se sabe, a poluição causada pelo transporte rodoviário seja violenta. Foram oferecidas várias sugestões importantes e todos as ouviram e, por certo, tentarão, nesse contexto, não ser contrário ou favorável, mas propor um projeto viável incorporando nele aquilo que é lei - a própria audiência pública – como parte da reelaboração ou do aprimoramento do projeto. Declarou que essa sessão o enchia de orgulho, como brasileiro. Declarou igualmente que, por ocasião do Regime Militar, foi alguém que se opôs, em nome da democracia, em nome da liberdade, em nome da cidadania. Tudo indicava, observou, que o Poder Judiciário brasileiro é diferenciado atualmente, que os cidadãos, também e que, portanto, as condições estão dadas para que se enfrentem problemas como esse, temas como esse de modo responsável. **Jorge Alexandre** questionou a função real da barragem, que, como afirmou, não estava explicado em lugar algum. Fez, entre outras, as seguintes perguntas: se a barragem será utilizada para transporte, turismo ou para gerar energia elétrica, e, em caso positivo, quanto de energia gerará e a que custo. Afirmou que o empreendimento estava parecendo um pato, aquele bicho que fala, anda, voa, mas não faz nada direito. Perguntou qual o tempo, afinal, para o retorno da renda gerada em um ano, sem contar os gastos com a manutenção. Também teceu comentários sobre o escoamento da produção de grãos. **Pedro Vitória Júnior** declarou ser um dos únicos na sala que falava de duas formas: primeiro, como cidadão piracicabano,





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

1323  
1

pois nasceu e se criou em Piracicaba; e, segundo, como engenheiro civil, com cursos de pós-graduação na área de planejamento de transporte, informou que participava de seminários e congressos e que era muito fácil pinçar de qualquer projeto pontos sensíveis do que estava sendo apreciado e criticá-los, bastando, para tanto, escolher, a bel prazer um item, apresentá-lo ao manifestante e este facilmente fazer uma crítica. Ponderou que, no entanto, era preciso ir além da crítica, promover consequências, porque permanecer na crítica é um modo inconsequente – porque era fácil criticar. Declarou que, como acabara de ser dito, o progresso virá, quer de um jeito quer de outro, e, com ele, o transporte. Acrescentou que tem de se escolher, ou permanecer na matriz perversa que se tem hoje e com a qual mais de 90% de todo o transporte no Estado de São Paulo está comprometido, que é o modal rodoviário, ou escolher outra opção de transporte: pode ser ferroviário, hidroviário ou dutoviário. Noticiou que o proposto é hidroviário, complementado pelo modal ferroviário com todas as vantagens que ele apresenta. Argumentou que os brasileiros, às vezes, somos um pouco orgulhosos demais, e nos esquecemos de pensar que os europeus e os americanos já fizeram essa opção. Informou que, na Europa, existem mais de 40 mil quilômetros de canais navegáveis e projetos, como o que está sendo desenvolvido ligando o Rio Sena ao Rio Reno, que, provavelmente, é 100, 150 vezes maior do que o projeto de Santa Maria da Serra, e os franceses têm coragem de fazer, e eles não são menos capacitados do que nós, piracicabanos. Sugeriu que se refletisse um pouco, que a opção era clara, e nós, técnicos, temos a coragem e a honestidade de colocar claramente quais são os impactos que a obra causará. Acrescentou que as futuras gerações, sim, recriminarão a opção que foi tomada, qual seja, manter o estado de coisas que se vê hoje, ao manter a matriz de transporte rodoviário. Por manter estes altos índices de poluição, de acidentes e de outras externalidades que o modal rodoviário gera. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. O Deputado Federal **Antonio Carlos Mendes Thame** declarou sua imensa satisfação por compartilhar dessa audiência pública para tratar de questões ambientais, principalmente dos aspectos positivos e negativos que o empreendimento causará no Brasil, precisamente o impacto econômico, como, por exemplo, aquele que o pequeno agricultor de grãos do Brasil Central usufruirá ao ter à disposição transporte mais barato para viabilizar o escoamento de sua produção. Enfatizou que, além dos impactos socioeconômicos, que serão imensos, outros, como a criação de emprego, a retirada de caminhões das estradas e sua inserção na hidrovía – que diminuirá a emissão de CO<sub>2</sub> –, acarretarão benefícios inegáveis. Acrescentou que os impactos de segurança e de saúde contribuem para a diminuição dos acidentes e que a possibilidade de divulgá-los nessa ocasião contribuiu para que essa audiência fosse excepcional, porque, praticamente, 70% do tempo foi despendido para discussão das questões ambientais. Argumentou que não dava para se admitir, hoje, a execução de uma obra nos mesmos moldes adotados há cinquenta anos, sem levar em conta as questões ambientais e seus impactos. Observou que os impactos detectados como mais importantes foram, em primeiro lugar, as inundações das áreas costeiras, entre as quais o Tanquã; em segundo lugar, a necessidade de que sejam adotadas medidas de segurança na remoção dos moradores do entorno; em terceiro lugar, a complexidade da questão das cheias; e, em quarto e último lugar, a utilização de caminhões para transportar os produtos ou para o porto ou para a ferrovia. Afirmou que há mais de vinte anos acompanha as questões relacionadas com essa hidrovía, e que se trata apenas de um projeto de EIA/RIMA imensamente melhor e que oferece respostas técnicas e científicas a todos esses questionamentos. Acrescentou ter apresentado inúmeras propostas ao doutor Paulo Afonso e de ter contribuído com a redação do capítulo sobre o meio ambiente da Constituição Brasileira. Argumentou que o Brasil é um dos poucos países que tem na sua Constituição questões ambientais, só que as coisas evoluem, inclusive o ambientalismo, e, hoje, por exemplo, não há lugar para a preservação, mas, sim, para o desenvolvimento sustentável. Argumentou que se usufrui daquilo que progride, que cria emprego, que cria melhores condições de vida para a população com a conciliação das três áreas: a econômica, porque o empreendimento tem de ser viável economicamente; da área social, porque tem de respeitar os direitos trabalhistas; e ambientalmente correta: tem de respeitar as questões ambientais. Comentou que, se conseguir conciliar esses três aspectos, se poderá dizer que se trata realmente de um desenvolvimento sustentável. Alegou ter certeza de que essas questões serão respondidas pelos técnicos, pelas câmaras técnicas do Aglomerado e do Comitê de Bacias. O Secretário-Executivo informou que, como não se encontravam mais na platéia os representantes dos Poderes Executivo e Legislativo que haviam se inscrito, passaria à etapa das réplicas. **Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho**, Diretor do Departamento Hidroviário – DH da Secretaria de Logística e Transporte, representante do empreendedor, agradeceu àqueles que ainda acompanhavam a audiência, apesar do adiamento da hora, e enfatizou a importância dessa e das demais audiências públicas e dos outros fóruns que já discutiram e que irão ainda discuti-lo no final do mês de janeiro. Pontuou que existem divergências no tocante à engenharia e ao aspecto jurídico do projeto, mas uma coisa era certa: a equipe técnica, responsável pela elaboração do projeto e que, conseqüentemente, assinou e abalizou todos eles, são técnicos de alto garabito e todos inscritos nos conselhos regionais específicos. Referiu-se ao questionamento feito por uma das pessoas que se manifestaram, cujo teor dizia respeito à sua perplexidade com fato de um projeto tão bom como esse ser criticado, manifestação essa que, a seus olhos, revelava que se trata de um projeto honesto, sem nenhum disfarce. Noticiou que, no mês de janeiro, se iniciaria



12



1324  
L

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

uma sequência de conversas específicas sobre cada um dos temas abordados pelo projeto, e que se exauririam as discussões que seriam feitas com o Comitê de Bacias, com o Aglomerado Urbano, com as Universidades, enfim, com outras entidades. Comentou a importância do licenciamento ambiental para avaliava os impactos positivos e negativos que seriam causados com a implantação e funcionamento do empreendimento, e as externalidades que a ele são associadas. Acrescentou que, no âmbito do licenciamento, também seriam examinados os possíveis problemas que ocorreriam na área de influência ao projeto e os impactos positivos e negativos e as respectivas ressonâncias em âmbito local e regional com a não implantação do projeto. Noticiou que se fazem presentes nos estudos conceitos do ambientalismo moderno, que preza a qualidade de vida, mas não do ambientalismo do passado e, portanto, retrógrado, que coloca o homem de lado. Referiu-se a alguns projetos que foram elaborados com base em conceitos do ambientalismo moderno, como um projeto proposto para Roterdã: uma ligação férrea que ligaria o Porto de Roterdã com o Interior da Europa. Informou ter sido esse projeto analisado, mas não implantado, em decorrência dos impactos significativamente altos que promoveria. Pontuou ter sido realizada também uma análise sobre eventuais problemas que a não-implantação desse projeto causaria e qual seria o cenário do transporte de cargas do Porto de Roterdã para o Interior da Europa, sem sua contribuição, principalmente no que tange à navegação e ao transporte de cargas por ferrovia, que é chamado de "banana europeia", que abrange o oeste da Alemanha e o norte da França. Noticiou que, com base nos dados obtidos, decidiu-se implantar o empreendimento, apesar de ele produzir impacto ambiental significativo, uma vez sua não-implantação promoveria danos bem maiores. Referiu-se a outro exemplo, o Porto de Antuérpia, o segundo maior porto da Europa, também responsável pelo escoamento de cargas na mesma área de influência do Porto da Holanda. Acrescentou ter sido esse projeto intensamente discutido com as comunidades, uma vez que sua implantação exigiria a remoção de dois vilarejos da Antuérpia e realocação de seus moradores. Comentou que propor que o Município de Piracicaba se feche em copas, e não dê sua contribuição para o transporte logístico de grãos do país. Enfatizou que essa atitude é olhar apenas para o próprio umbigo. Quando o Porto de Santos cumpre sua função logística de maior porto da América Latina e importante porto do país, com todos os problemas de gargalos logísticos que apresenta, se está justamente buscando solução, qual seja, retirar caminhão de estradas que atravessam o Estado. Pontuou que uma das pautas que propõe para o mês de janeiro é justamente discutir essa logística, ou seja, discutir os benefícios e os malefícios que cada um dos modais promoveria, suas vantagens e desvantagens, seus traçados, as soluções que apresenta, preços que propõe e custos. Prometeu que não se discutiria, nessa noite, os aspectos relacionados com o Tanquã, mas que, igualmente, se reservaria na agenda um dia para vir aqui discutir somente as questões relacionadas com esse minipantanal. Argumentou que não via a vinculação dos empreendimentos como um fato, em primeiro lugar porque se trata de um aproveitamento múltiplo, e que, apesar de o empreendedor ser o Departamento Hidroviário, ele não olha apenas para o seu próprio umbigo, entendendo, nessa perspectiva, ser a hidrovía a única solução para o aproveitamento múltiplo. Argumentou que interpretar um empreendimento como algo mais amplo trata-se de uma mudança de paradigma. Acrescentou que só haverá barragem se houver porto, e o porto existe. Declarou que colocar caminhão em Artemis seria contraproducente e que seria intelectualmente desonesto, porque o que se propõe é justamente tirar caminhão da estrada. Informou que se trata em Nova Odessa da reativação do ramal existente – o *retrofit* desse ramal, o que ocorrerá em cima de área de cana e pasto. Questionou como se posicionar pela inviabilidade de um projeto que será implantado em cima de cana e pasto e com um porto que já é contemplado pelo Plano Diretor. Noticiou que o licenciamento do Porto de Artemis será o Relatório Ambiental Preliminar-RAP, porque a desvinculação dos empreendimentos é muito clara. Aliás. Diferentemente de Piracicaba, viraremos as costas para São Pedro, porque não se trata de um Aglomerado Urbano. Argumentou que acaba de ser criado um aglomerado urbano nesta região, porque ou a cidade se comporta como um aglomerado urbano ou renuncia que existem municípios do lado. Lembrou que o homem não mora no Município, mas, sim, na região. Argumentou que qualidade de vida não é só o Tanquã preservado. Perguntou se o Brasil estava indo bem porque o Presidente Fernando Henrique controlou a inflação ou porque Lula ampliou o Bolsa-Família e a Presidente Dilma continua com a mesma política. Mas, respondeu imediatamente e não, mas, sim, porque os chineses estão comprando os produtos brasileiros, esses recursos entram no país e a balança comercial gera divisas, gera imposto de renda, entra no caixa do Governo e vira programa de transferência de renda. Pontuou que se estudou o projeto, mas a forma como foram explicitadas as informações por ocasião da apresentação talvez não as tenha elucidado. Dificilmente elucida, porque a apresentação deve durar apenas quinze minutos, no máximo meia hora, quarenta e cinco minutos. Informou que as pessoas que estiverem interessadas em conhecer o projeto, que estiverem de fato empenhadas em entender e criticar estão convidadas a participar das discussões que serão realizadas durante todo o mês de janeiro. Acrescentou que ninguém pretende enfiar "goela abaixo" o projeto. Argumentou que a folha é verde na primavera, mas no outono ela é preta. Acrescentou que é difícil defender uma hidrovía que transportará apenas carga e beneficiará apenas Estados do Mato Grosso do Sul e de Goiás, embora transporte o etanol, que é um produto puramente paulista, e, em seu retorno, transporte diesel e gasolina, porque as



13  
M



1325  
A

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

nossas máquinas agrícolas ainda são movidas a diesel. **Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho**, Diretor do Departamento Hidroviário – DH da Secretaria de Logística e Transporte, declarou ainda terem sido apenas três os esclarecimentos solicitados, além dos específicos solicitados pelos moradores do Tanquã, que parabenizava, porque essa comunidade se organiza e deixa claro o que ela não entendeu e o que ela precisa entender.

Declarou que se colocava disponível para e criar uma comissão para discutir todo o processo de políticas que será destinada ao Tanquã. Referiu que questão de moradia é uma preocupação dos moradores de Tanquã, e que não se pode dizer que qualidade de vida esteja disponível para eles, nesse momento. Argumentou que, respondendo o questionamento feito sobre o procedimento e a garantia que eles moradores terão após a construção da hidrovia, esclarecia, em primeiro lugar, que se tratava de um processo de licenciamento ambiental e que se dispõem de recursos e de projeto. Obviamente que quem participa de audiência pública a população que participa de fato é a que fica contrária ao projeto, além disso que os recursos e o cronograma estão traçados. Abordou cada uma das etapas do licenciamento ambiental e os procedimentos adotados em cada uma delas. Inicialmente, informou que todas as famílias que serão realocadas serão cadastradas e detalhadas todas as etapas do processo de desapropriação. Informou, ao representante da Emaflora, que existem viveiros suficientes para realizar o plantio almejado por este projeto, pois um programa de implantação será realizado pela comunidade rural dos três municípios, o que se trata de uma externalidade positiva. Referiu-se também aos programas específicos de aceleração da recuperação da mata ciliar e das áreas de preservação permanente, que, muitas vezes, aqui foi colocada como compensação ambiental, mas que se trata de uma obrigação legal. Argumentou que o plantio de vegetação se conectará com a Estação Ecológica Barreiro Rico, que, aliás, possui uma biodiversidade muito mais rica do que o Tanquã. Referiu-se a onça pintada achada em Barreiro Rico e ao fato de alguns moradores do Tanquã serem favoráveis à implantação da barragem. Não são todos os moradores que são contrários à barragem. Informou que o fechamento será executado no período de cheia do reservatório, que, por coincidência, pelo cronograma ele vai ser feito no período de cheia, quando o estoque pesqueiro estiver acima da barragem. Explicou também que o ciclo de reprodução dos peixes é anual, acreditando-se, por isso, que, já no primeiro ano e com a quantidade de carga orgânica no reservatório, ocorrerá, em um primeiro momento, uma explosão demográfica de peixes para depois atingir o clímax e se estabilizar num nível mais baixo de população. Esclareceu que se pretende implantar um programa de manejo da pesca no reservatório, e que hoje já existem programas à jusante do Rio Tietê, que atualmente possuem tanques, redes e fazendas de peixes e cuja rentabilidade são dois salários mínimos mensais. Apresentou, detalhadamente, o Programa de Educação Ambiental, que, afirmou, já foi discutido inclusive no âmbito do Comitê de Bacias e com a Coordenadora do Comitê de Educação Ambiental do Comitê de Bacias. Em seguida, expôs o plano. Explicou que ninguém fará a recomposição das áreas de preservação permanente, depois que estiver inundado, mas, sim, se aproveitará o que tem de conectividade com o meio aquático e se iniciará o processo de plantio. Esclareceu também que, se for constatado, por ocasião do fechamento do reservatório, que o estoque pesqueiro efetivamente caiu, a ponto de vocês se verem impedidos de pescar, vocês serão remunerados de forma proporcional à quantidade de peixes que está sendo pescada atualmente. Referiu que, obviamente, todos esses programas de monitoramento serão condicionantes para a licença de instalação e que o mais importante é que só será feita a primeira remoção de terra quando tudo estiver detalhado. Quanto à preocupação do Ministério Público, qual seja, se duplicarão ou triplicarão os custos socioambientais, declarou que se estima que estarão em torno de 25 milhões de reais os custos com implantação dos programas ambientais. Em seguida, ofereceu uma série de informações sobre o Tanquã, entre elas: 1) sobre o plantio da área de preservação permanente, buscando-se a conectividade da biodiversidade com o ambiente aquático e a Estação Ecológica do Barreiro Rico; 2) sobre o cerrado, que foi praticamente destruído no Estado pelas práticas agrícolas; 3) acerca dos procedimentos que serão adotados em relação a alguns programas, entre os quais sua implementação juntamente com os órgãos municipais é a Casa do Agricultor, de modo a desenvolver uma agricultura familiar calcada em viveiros; 4) sobre a eutrofização da água do reservatório, o que, na verdade, ocorre muito mais pela deficiência no sistema de tratamento do esgoto gerado nas cidades; 5) sobre o modelo matemático que prevê que a qualidade da água que sairá do tecido urbano e passará ali pela rua DNA qual se localiza o porto, em Piracicaba, ao chegar ao Reservatório de Santa Maria da Serra terá uma qualidade melhor; 6) sobre o momento de estabilidade no Tanquã, a expectativa é que o oxigênio dissolvido seja da ordem de 4 miligramas por litro, que é um parâmetro adequado para a vida da ictiofauna. **Ivan Carneiro Castanheiro** declarou que o Ministério Público pretende realizar um trabalho construtivo, contribuindo para o aperfeiçoamento do projeto, e uma das sugestões propostas foi a utilização dos programas implementados pela Escola de Agronomia "Luiz de Queiroz" – ESALQ, vinculada à Universidade Estadual Paulista-UNESP, retirando-os das prateleiras. Acrescentou que, como já se havia dito, no âmbito do Comitê de Bacias, por ocasião da reunião de terça-feira, no mês de janeiro as pessoas estão desmobilizadas, e, nas universidades, metade sai de férias no mês de janeiro e a outra metade no mês seguinte, fazendo um tipo de revezamento, o que faz com que ela permaneça praticamente





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

1326  
L

desmobilizada. Portanto, observou, neste momento a universidade não poderá contribuir, pois, como em outras instituições, são feitos revezamentos, e que, embora tivesse conhecimento de que a decisão caberia, em última análise, à CETESB, reivindicava a essa agência a prorrogação do processo de licenciamento por mais sessenta dias, e que estava aguardando resposta. Enfatizou ter conhecimento da pressa que a CETESB tem, mas era preciso levar em conta que o empreendimento é muito importante para se correr o risco de fazer as coisas na pressa e, posteriormente, perder mais tempo para se refazer aquilo que foi feito às pressas. Enfatizou ser necessário dar conhecimento dessa alternativa ao Presidente da CETESB, Otávio Okano, como também a Nelson Vidale e a Ana Cristina. Propôs que se levasse a eles uma posição de consenso, com a qual, comentou, o Deputado Mendes Thame se comprometeu em endossar, contribuindo para essa articulação. O engº naval **Casemiro Tércio Carvalho** declarou ter a liberdade, na figura do empreendedor, de antecipar essa discussão para janeiro, porque a universidade não está de férias em janeiro, como também os professores, pois isso acontecia quando cursava a Poli, pelo menos os professores de dedicação exclusiva, trabalhavam na universidade. Informou que o empreendedor organizará, juntamente com o Aglomerado Urbano de Piracicaba e da Região e também juntamente com o Comitê de Bacias, seminários a partir da segunda semana de janeiro. Pontuou que também os moradores do Tanquã não estarão de férias em janeiro, mas, pelo contrário, participarão das reuniões. Acrescentou que todas as pessoas interessadas em discutir o projeto devem começar a trabalhar em janeiro. Enfatizou que não é vontade do Diretor do Departamento Hidroviário que esse projeto seja contaminado pelo processo eleitoral e pela Copa. Acrescentou que uma licitação desse porte não deve acontecer em meio à Copa, porque não considerava a intromissão da Copa saudável, do ponto de vista técnico. Até mesmo porque, ponderou, a implantação desse empreendimento conta com recurso federal, e, durante o processo eleitoral, não é permitida a assinatura de convênio entre Estado e Município, entre Município e União e entre União e Estado. Essa proibição é clara na legislação eleitoral. Argumentou que, se tratava de boa estratégia para quem é contrário à implantação da barragem, postergar a discussão, porque, se a concessão da licença prévia ocorrer depois da Copa, efetivamente a barragem não sairá. Foram entregues durante a audiência as seguintes correspondências: 1) Questionamentos formulados pelo Senhor Eneás Xavier de Oliveira Júnior, entregue durante a audiência realizada em Piracicaba e datados de 12/12/2013; 2) Proposta de pedido de informação, sem signatário e a ser formulado ao Senhor Milton Costa, Presidente do Sindicato da Construção Civil de Piracicaba, sem signatário e datado de 12/12/2013; 3) Manifestação encaminhada pela Sociedade Amigos da Lagoa, assinada pelo Senhor Antônio Carlos Danelon e datada de 12/12/2013; 4) Pedido de informação formulado pelo Senhor Juan AM Sebastianes e datado de 12/12/2013; 5) Manifestação sem signatário e sem data; 6) Depoimento de moradora sem assinatura e sem data; 7) Cartas redigidas de próprio punho pelos moradores de Tanquã; 8) Carta de morador do bairro Nova Piracicaba, sem assinatura e sem data; 9) Propostas encaminhadas pelo Senhor Antonio Cláudio Sturion Júnior, assinada e sem data; 10) Questionamentos feitos pelos Senhores Luciano Vasconcelos Monferrari, 11) Cláudia Oliveira de Almeida e Natália Dantas Paes, sem assinatura e sem data. Depois de declarar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas e de agradecer, em nome do Secretário de Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Federal Bruno Covas a participação de todos, o Secretário-Executivo **Germano Seara Filho** informou que todo e qualquer interessado em contribuir para o aprimoramento do projeto poderá enviar sua sugestão ou proposta através de *email* ou correspondência a ser encaminhada diretamente para o Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB. E, como nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos dessa audiência pública. Eu, **Paula Frassinete de Queiroz Siqueira**, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria-Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.



15